



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

ATA N.º 14/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Recurso apresentado pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA ao abrigo do Regulamento da Assembleia Municipal, artigo 14º, número 1, alínea m), em conjugação com o Artigo 52º do mesmo Normativo Regulamentar;

3.2 – Apresentação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.3 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano 2021”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento da Wemob – Nova Consulta Pública”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Programa Dinamizar Mais. Relatório final de execução”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Aquisição de Imóveis. Frações não habitacionais destinadas a escritórios no edifício “Almada Business Center”. Exercício do direito de preferência.”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos do art.º 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro”.

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Novos Regulamentos de funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, para a valência Creche e para a valência Jardim de Infância”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Inês Pizarat Correia Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); António Paulo Júnior (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, presença da Senhora Vereadora Ana Cláudia Miguéns; a ausência do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco, presença da Senhora Vereadora Débora Figueiredo Rodrigues; a ausência do Senhor Vereador António Matos, presença da Senhora Vereadora a Mara Rita Silva Martins.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Intervenção de reabilitação e requalificação do equipamento desportivo conhecido como Piscinas do Campo de São Paulo, em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 13/04/2022, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Intervenção de reabilitação e recuperação dos Fogos Municipais da Azinhaga do Rato, na Freguesia de Laranjeiro”, enviado para a Câmara Municipal em 13/04/2022, foi respondido em 30/05/2022;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Intervenção de reabilitação e requalificação da área envolvente ao antigo Edifício da EDP em Almada, incluindo o Mercado Municipal de Almada e a rua de Olivença”, enviado para a Câmara Municipal em 13/04/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventário: Radiografia do Município nos termos sub exarados”, enviado para a Câmara Municipal em 28/03/2022, foi respondido em 23/05/2022.

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Projeto de Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido.



JK

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Conservação de Matas”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido.

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Transpraia”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido.

4.3.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “União de Saúde Familiar, Costa do Mar”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido.

4.3.9 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Clube Náutico de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido.

4.3.10 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre utilização do herbicida “Chikara” em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 11/03/2022, foi respondido em 02/05/2022;

4.3.11 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre a abertura do Canil Municipal aos voluntários”, enviado para a Câmara Municipal em 01/06/2022, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 10/XIII-1º/2021-25, 11/XIII-1º/2021-25, 12/XIII-1º/2021-25 e 13/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Artur, Eduardo Maltez Matos, Susana Garcia, Mónica Santos, Carla Ribeiro, Cristóvão Santos, Micael Cristóvão, Carlos Godinho, Laura Carvalho, Catarina Azevedo, Pedro Rebelo e João António Luz.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Artur:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui em representação dos moradores da rua Afonso Paiva, no Feijó, e da rua Vila do Seixal, para falar sobre o Café “Pastel de Nata”.

Já foram feitas várias reclamações e esta situação tem vindo a acontecer desde pré pandemia, e temos vindo a reclamar das situações que se passam neste café. Já foram feitas várias reclamações junto da Junta de Freguesia, sem qualquer resposta até este momento. Mas temos conhecimento que foram feitas tentativas de tomar medidas sobre o que se está a passar neste café e algumas das situações que venho aqui alertar são as seguintes e para as quais pedimos ajuda.

Este café está a operar sem licença da Junta de Freguesia, ou seja, não tem licença de esplanada, fazem karaoke, passam música em volumes demasiado altos até altas horas da noite, e durante a pandemia manteve-se também, não houve qualquer respeito pelas regras da DGS – Direção Geral de Saúde e mantiveram sempre o café em funcionamento.

Já foram apresentadas queixas à PSP, já tiveram multas, reabrem normalmente como se nada se passasse, são feitas ameaças aos moradores, inclusive temos moradores que já colocaram as casas à venda, e neste sentido que vimos aqui pedir ajuda. Isto porque até ao momento não tem sido nada feito e precisamos da vossa ajuda para que houvesse aqui uma intervenção mais rigorosa da PSP, uma fiscalização por parte eventualmente, da ASAE, porque cremos que aquele café está a funcionar em situações não muito regulares e basicamente é este pedido que vimos aqui fazer. Porque as pessoas não estão descansadas, têm sido feitas ameaças às pessoas,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que alertam para a situação e chamam atenção. As pessoas estão a trabalhar numa situação de “eu quero, posso e mando”, e os residentes que moram ali há dezenas de anos, estão a sentir-se afetados por esta situação.”

5.1.2 – O Senhor Município Eduardo Maltez de Matos:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui num ato final de denúncia pública, que ao longo do tempo tenho vindo a fazer nas reuniões de Câmara, de “Crime contra a Cultura “pela aniquilação da Biblioteca da Charneca de Caparica.

Embora aqui esteja na qualidade de mero cidadão, tem-me sido repetidamente pedido, para não vir aqui falar neste assunto.

Presumo que por receio ou mesmo medo, dos asquerosos mecanismos do poder.

Não peço desculpa pela linguagem de forma cáustica que aqui apresentar este ato de lesa cultura. Outros o fizeram com diplomacia, mas o resultado foi tragicamente frustrante.

Este meu depoimento é como que um pequeno gesto para melhorar a vida da atividade cultural na localidade onde residuo.

A minha intenção é que este crime contra a cultura não seja branqueado pelos criminosos que fiquem socialmente impunes e que este país de facto, possa contribuir para novas reflexões.

A inauguração desta Biblioteca, foi o culminar de um projeto denominado “Gaivota Volante” que preencheu parte do imenso vazio de equipamentos e espaços culturais, na Charneca de Caparica.

Em 2015, foi assinado um protocolo entre o pelouro da Educação da Câmara Municipal de Almada com a Academia Sénior, para a criação de um espaço cultural e de uma biblioteca na Charneca de Caparica.

Um protocolo simples e objetivo. O Pelouro Municipal da Educação financiava em jeito de “cachet”, as atuações de órgãos recreativos da Academia, como o Grupo de Teatro, o Grupo de Violas e Cavaquinhos e, sobretudo, a Túnica – Grupo Coral da Academia, em eventos culturais e recreativos no Concelho.

Aquela Academia sempre cumpriu de modo superlativo, este contrato, transportando sempre a bandeira do Município de Almada em atuações noutros Concelhos, dos quais se destaca o já tradicional Concerto Coral de Natal, na Estação do Metro do Cais do Sodré, em colaboração com a empresa Metropolitana de Lisboa, sempre acolhido com grande simpatia e muito aplaudido pelos transeuntes.

A Túnica, honrou também em nome deste Concelho num encontro internacional de Coros, em Cabo Verde, empunhando sempre a bandeira de Almada.

Este “crime contra a cultura” começou a ser perpetrado logo no início d 1ª Legislatura desta Presidência de Câmara, com a mudança radical dos conceitos de gestão da Câmara Municipal.

Esta Presidência estuporada e desdenhosamente, renunciou, unilateral e abusivamente, o contrato que eticamente estava ligada.

Nem o ódio político, existente entre os partidos, manifestado em espetáculos degradantes que assistimos nas reuniões de Câmara, justifica os cortes radicais de verbas protocolarmente assumidas pela Edilidade.

Atos que me abstenho de qualificar, praticados contra instituições de desporto, cultura e recreio, de todo o Concelho de Almada.

Jamais esquecerei o emotivo apelo do octogenário Senhor Presidente da prestigiada Associação Cultural Incrível Almadense, pela sua angustia, pelo pior momento daquela Sociedade Filarmónica, das mais antigas da Europa, e que há mais de 170 (cento e setenta) anos serviu e serve Almada. E aquele seu tormento de não sair de casa, por vergonha de encarar os associados, principalmente os trabalhadores e os colaboradores com pagamentos em atraso, pelo estado de falência daquela instituição.



71

Alguns sociólogos dizem que a maior satisfação que se pode dar a um político, é a vitória por desistência ou silenciamento.

É meu dever como cidadão vir aqui publicamente lembrar o abnegado empenho da Presidência da Câmara Municipal de Almada, na inviabilização e conseqüente desmantelamento do projeto cultural "Gaivota Volante".

Tudo fizeram para encerrar aquele espaço cultural e aquela Biblioteca, mas não conseguiram matar o espírito da "Gaivota Volante".

Quero aqui enaltecer o exemplo das pessoas que e anonimamente se empenharam neste projeto, foi muito importante.

Eu quero fazer aqui uma menção especial póstuma, ao saudoso Mário Gervásio, pela classificação temática e laboriosa catalogação de milhares de livros.

Para ele um grande bem-haja.

Os responsáveis do projeto "Gaivota Volante", sem quaisquer perspectivas de a médio prazo, conseguirem viabilizar um espaço para reedificar a Biblioteca, por estupidamente lhes ser coartado o direito cívico de desenvolvimento da cultura, na Charneca de Caparica.

Preocupados com a inevitável deterioração dos livros, entretanto guardados com enlevo, em arrecadações e garagens de pessoas voluntárias daquela instituição.

Decidiram proceder à doação de grande parte do espólio para incentivar a implementação de novas bibliotecas e promover o enriquecimento de outras mais carenciadas.

Assim, numa parceria com a Associação Amigos dos Livros, sediada na Cidade da Praia, em Cabo Verde, foram para ali transportadas cerca de 9 (nove) toneladas de livros, cujas despesas foram suportadas pelo Gabinete da Presidência da República de Cabo Verde.

Este donativo tem como objetivo construir uma biblioteca comunitária na Cidade da Praia, reforçar duas bibliotecas escolares, da Cidade Velha, e ainda, fomentar a cooperação entre algumas bibliotecas daquele arquipélago.

A Direção da Gaivota Volante, para dar maior amplitude na composição deste acervo, solicitou a colaboração das redes de bibliotecas de alguns municípios de Região Metropolitana de Lisboa, como Almada, Setúbal, Lisboa, Loures, Sintra e Cascais.

Na generalidade mostraram elevado interesse por esta iniciativa, colaborando ativamente de diversas formas nesta ação cultural. Houve apenas uma exceção. A Autarquia de Almada, foi a única instituição que nem sequer se dignou responder aos pedidos formulados.

Os senhores políticos supostamente saberão que, uma ação gera uma reação. Neste caso serão duas reações.

A primeira, é apanágio dos senhores políticos por tudo e por nada, colocarem placas de inaugurações ou comemorativas de eventos, para memória futura, o ato inaudito de inviabilização e aniquilação de um espaço de cultura na nossa Freguesia. Um grupo de cidadãos vai colocar no local da extinta biblioteca, uma lápide, com o nome de quem encerrou esta Biblioteca, na Charneca de Caparica.

A segunda reação:

Em Cabo Verde, para a cerimónia solene da formalização oficial da citada doação, serão levadas, apenas, duas bandeiras, a da União Europeia e a de Portugal. Diplomáticamente será justificada aos Cabo-Verdianos, a ausência da bandeira da Autarquia de Almada.

É vergonha para todos nós na Freguesia mais populosa do Concelho de Almada, na Charneca de Caparica, não existir sequer um espaço público municipal com capacidade para acolher eventos culturais e políticos de média dimensão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É vergonha para todos nós, na Freguesia com a maior população infantil do país, e com a população mais jovem do Concelho de Almada, apesar das intenções e das justificações, na Charneca de Caparica, ainda não existir uma única escola do Ensino Secundário.

Mas, na Charneca de Caparica, para gáudio de muitos, as autoridades eclesiásticas, inteligentemente, contruíram um grande espaço cultural, com creche e uma grande igreja.

Para vergonha de todos nós, na charneca de Caparica, as autoridades políticas, estupidamente, inviabilizaram um espaço social e destruíram uma biblioteca.”

5.1.3 – A Senhora Munícipe Susana Garcia:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Susana Garcia e sou a porta-voz de um grupo de moradores de Vale Flores, que decidiu se deslocar a esta Assembleia Municipal para expressar aqui a nossa opinião.

Vimos aqui mostrar a nossa indignação e preocupação sobre uma ação que foi levada a cabo num terreno municipal junto às nossas casas.

Primeiro a nossa indignação, que se deve sobretudo, à forma como foi tratada uma senhora de 82 (oitenta e dois) anos, e que só podemos classificar como assédio, por parte de alguns serviços e funcionários desta autarquia. O assédio e a pressão psicológica exercida culminaram no facto espantoso, de no dia em que foram colocar o gradeamento terem deixado a senhora fechada dentro do terreno.

A forma como tratamos os nossos idosos diz muito de nós como sociedade e este episódio deixa uma mancha muito negra nesta câmara Municipal.

Sublinhamos que prezamos pelo bem-estar e proteção da colónia ali existente há largos anos, mas não podemos aceitar que isso se sobreponha ao bem-estar e proteção de pessoas.

Em segundo lugar, a nossa preocupação tem haver com as movimentações que presenciamos neste terreno municipal e que teve como desfecho o encerramento do espaço à comunidade.

Após consulta junto dos vossos serviços, verificámos que este terreno está incluído no alvará 219/88, loteamento 220 e é do domínio público.

Nestas circunstâncias, vimos questionar V/Exas sobre a legalidade do encerramento de um espaço público e estando certos que está situação se tratou certamente, ou de um equívoco ou de excesso de zelo, vimos solicitar que o terreno em questão seja reaberto e devolvido à comunidade de imediato.

Queremos também assegurar que nada nos move contra ninguém e por isso mesmo queremos deixar nesta assembleia algumas sugestões e ideias que gostaríamos de ver desenvolvidas e implementadas naquele terreno municipal:

- A criação de uma horta comunitária com lotes definidos;
- A manutenção do espaço ajardinado existente onde as pessoas se possam deslocar sempre que isso lhes aprover;
- A criação de uma zona delimitado onde seja implantada a colónia e onde seja implementado um programa tipo CED, em que os gatos sejam alimentados e controlados ao contrário do que se passa neste momento já que estão a surgir várias ninhadas, o que reflete o péssimo trabalho levado a cabo pela Associação responsável;
- A criação de uma zona delimitada, como existe em outros pontos do concelho, onde as pessoas possam levar os seus cães;
- A criação de um projeto que envolva a Escola Básica local para ensinar os alunos como plantar e cuidar de vegetais, árvores e flores.



Para terminar, devemos dizer que lamentamos e não compreendemos a posição parcial desta Câmara Municipal, tomando partido e decisões avulsas sobre um assunto que consideramos muito mais abrangente e que iremos detalhar junto dos vossos serviços posteriormente, sem ouvir todas as partes interessadas nomeadamente os moradores.”

5.1.4 – A Senhora Múncipe Mónica Correia Santos:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Mónica Santos e sou moradora no Bairro do 2º Torrão.

Recentemente recebi uma convocatória da Câmara Municipal de Almada, para uma reunião geral onde me foi informado que a minha habitação está na zona de risco da Vala, e que por isso eu e a minha família vamos ter de ser realojados de urgência.

Foi-nos prometido que iríamos receber uma proposta de habitação na nossa reunião individual, onde poderíamos ficar a conhecer os critérios de apoio à renda por parte do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Mas, quando eu tive a minha reunião, não foi proposta casa nenhuma, apenas me indicaram os critérios de apoio ao IHRU, que no caso são: se eu arranjar um T2, temos apoio até 780.00€ (setecentos e oitenta euros) mas tem que ter obrigatoriamente entre 71 a 90 m², se for um T3, temos um apoio de 883.00€ (oitocentos e oitenta e três euros), mas tem que ter obrigatoriamente entre 91 a 103m².

Como se já fosse um milagre conseguir encontrar uma casa em Almada, para alugar, com estas condições todas em pleno verão.

Foi-nos dito que tínhamos apenas 6 (seis) dias para encontrar uma casa, pois caso contrário, nos iriam então propor uma habitação que poderia ser no Montijo.

Volto a dizer, são prazos muito curtos para critérios tão rigorosos e em pleno verão.

Pedi para me facultarem o contacto do IHRU, para que possa tirar dúvidas, mas recusaram me dar os contactos.

Neste momento, tenho o meu filho mais velho que está agora, finalmente, a conseguir reintegrar-se numa escola nova, pois foi injustamente expulso da anterior, a reintegração está a correr tão bem que não posso arriscar a que ele saia desta área escolar.

Ontem fui visitar uma casa que, embora fosse um T2, para mim era espaçosa, e como o arrendamento é provisório, dava para mim e para a minha família, o valor estava correto, mas quando me disseram os m² não pude ficar com esta casa, que era ideal para mim, inserida na zona escolar dos meus filhos.

Por isso, hoje venho aqui expor publicamente a situação da minha família, na esperança de conseguir apelar à vossa consciência no sentido humano, se estamos em risco, aceitamos sair, mas a forma como está a ser tudo feito e imposto não me parece justa.”

5.1.5 – A Senhora Múncipe Patrícia Carla Ribeiro:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Patrícia Carla Ribeiro e sou moradora no Bairro do 2º Torrão.

A minha casa fica a menos de 5 (cinco) metro da vala, tendo uma parede e um telhado em conjunto com a casa da minha vizinha. Eu não recebi nenhuma informação sobre a demolição da minha casa, mas a minha vizinha foi informada que a dela ia abaixo.

Quando tentei falar com os serviços da Câmara Municipal, disseram-me que há casas que não vão ser demolidas, no entanto, não percebo como é que a minha pode continuar de pé se partilha paredes e telhado com outra.

Nunca nenhum técnico entrou na minha casa para verificar se está ou não na vala. Mas aviso-vos que as paredes dos dois quartos estão a rachar de dia para dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Enviei email à Câmara Municipal a informar da situação. Dia 14 ao telefone disseram-me que vinha cá a casa o perito da proteção Civil e até hoje não recebemos mais informações. O tempo passa depressa e neste momento já poderia estar a procurar uma casa para alugar e não posso porque não deram abertura do meu processo.

Tenho uma doença oncológica e uma doença crónica nos ossos. Fui operada e estou a recuperar com medicação.”

5.1.6 – O Senhor Município Cristóvão Espirito Santo:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me Cristóvão Espirito Santo e vivo no Bairro do 2º Torrão com a minha família.

Como os outros já falaram sobre o assunto, a minha casa está no meio de duas casas que serão demolidas e a parede é única. Eu gostaria de saber qual foi o método de avaliação que a Câmara Municipal fez para avaliar as casas de risco, uma vez que as nossas casas têm uma parede única, duas casas serão demolidas e a minha estará no meio. Eu tenho receio como ficará depois da demolição, como é que estará a situação dos meus filhos e nós já escrevemos para a Câmara Municipal e não obtivemos resposta nenhuma sobre o caso e eu gostaria de saber como é que a Câmara Municipal não teve acesso às nossas casas e eles sabem quais são as casas que estão na zona de risco.”

5.1.7 – O Senhor Município David Micael Cristóvão:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Julgo que a maioria dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais sabem, sou autarca do PSD na Assembleia de Freguesia de Caparica Trafaria, e apesar de não ser membro desta Assembleia Municipal, julguei importante cá vir representar os fregueses que me abordam, apresentar a minha grande preocupação com o que se está a passar no 2º Torrão e colocar algumas questões à Senhora Presidente da Câmara Municipal e ao executivo.

O 2º Torrão é uma falha de Estado que a Câmara Municipal de Almada pouco ou nada fez para corrigir durante demasiado tempo. Mas também não é à bruta e sem falar com as pessoas, que os problemas humanitários se resolvem.

As questões que trago Senhora Presidente, pelo que tem sido divulgado, prepara-se para demolir cerca de 60 (sessenta) fogos no Bairro do 2º Torrão. Esses fogos estão em risco de derrocada por se situarem em cima da vala de águas pluviais. O processo está agora ser conduzido à pressa motivado por um suposto relatório da Proteção Civil que não é público e que terá aparecido, entretanto. Mas Senhora Presidente, ao que julgo saber, a Câmara Municipal de Almada tem conhecimento da fragilidade da vala há pelo menos 3 (três) anos, confirma? Pelo que apurei os SMAS entrevistaram em 2019 para limpar a vala, confirma? Confirma que na altura recolheram toneladas de entulho e de areia e que os técnicos se aperceberam do risco de derrocada de que o chão de algumas casas já estaria a abater para dentro da vala, de que a comporta estava a apodrecer, e de que a estrutura estava enfraquecida pelas ligações de saneamento, entretanto, feitas pelos moradores? Confirma, se os técnicos a alertaram para a fragilidade da estrutura nessa altura? Confirma que na sequência dessa operação em novembro de 2019, foi feita uma inspeção pelos serviços da Câmara Municipal, incluindo os da Proteção Civil à vala do 2º Torrão? Confirma que daí resultou um relatório ou qualquer outra nota técnica a alertar para a eminência da derrocada da vala em 2019? Que passos foram dados para resolver a situação desde então? Que ações foram tomadas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, pela Senhora Vice-Presidente e pela Senhora Vereadora responsável pela Proteção Civil, para solucionar o problema? Será que, se a intervenção tivesse sido feita há tempo, se teria evitado a surpresa que hoje a Câmara Municipal demonstra, como se estivesse a olhar para um elefante à sobra de um pé de couve? Será que se teriam evitado os realojamentos à pressa e sem plano, que agora pretende fazer? Não teria havido tempo para preparar esse realojamento e para comunicar com as pessoas nos últimos 3 (três) anos? Mais, agora, para onde irão as pessoas? Qual é a data do recenseamento considerado para o realojamento? Quem assegurará as mudanças e o transporte de mobílias e equipamentos? Confirma que há pessoas apenas foi comunicado o plafond do IHRU para o arrendamento? Quanto tempo durará este apoio? Qual é a sua confiança na capacidade deste apoio, para garantir as rendas



face aos atuais preços do mercado? Confirma que haverá famílias que serão deslocadas para Sesimbra e para o Montijo? Haverá preocupação de garantir necessário apoio social para que não se percam as ligações à comunidade e o acesso à intervenção social? Consegue assegurar que as casas identificadas para demolição são exatamente as que estão em risco sem que os serviços lá entrem ou identifiquem a que cota está cada uma ou as paredes que partilham? A Junta de Freguesia foi consultada ou pronunciou-se sobre este processo exatamente quando planeia terminar os realojamentos? Quantos fogos já foram identificados para serem propostos a estas famílias? Quando começam as demolições? Que serviços estarão envolvidos nas demolições e na intervenção na vala? Qual o plano? Isto é muito importante, Senhora Presidente, confirma que o plano é que a vala venha a ficar integralmente a céu aberto? A abertura da vala não dividirá o Bairro ao meio? Como se assegurará a passagem de um lado para o outro nomeadamente, para a escola? Como ficará o acesso à energia elétrica?”

5.1.8 – O Senhor Município Carlos Godinho:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui em representação da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite. E o assunto é um assunto sério, como todos os outros, claro, mas que nos traz algum desespero, porque desde de outubro de 2021, que estamos com um problema de infiltração de águas no nosso espaço social, a sede da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite, situa-se no Laranjeiro, na Praceta Adriano Correia de Oliveira, é uma sede que foi completamente reconstruída e recuperada pelos trabalhadores do Arsenal dado que a Câmara Municipal cedeu aquele espaço, e neste momento há uma infiltração de água que vem do 3º andar para a cave que é onde nós estamos. Desde de outubro 2021, comunicamos com os serviços municipalizados e foi-nos dado uma resposta de que o assunto seria encaminhado para os serviços técnicos.

Entretanto, em março resolvemos enviar um email para a Presidência da Câmara Municipal e que teve uma resposta do Senhor Vereador Filipe Pacheco em abril de 2022, informando que os técnicos de vários setores se tinham deslocado ao edifício e que tinham encontrado efetivamente a origem da infiltração, que era na fração 3º Esqº e que, portanto, só poderiam executar qualquer tipo de obras se os habitantes dessa fração desocupassem essa fração. Essa foi a resposta que o Senhor Vereador nos deu.

Isto parece uma coisa simples, o facto, é que, desde de outubro até agora, a situação tem piorado e neste momento somos obrigados a tirar a balde cerca de 50, 60 litros de água todos os dias, para fora da sede. Já forramos o teto todo em plástico como se fosse uma canalização para ir para baldes.

Dizer que, dentro da própria associação está o espólio todo das bibliotecas do Arsenal, das bibliotecas operárias. Felizmente que a água ainda não chegou à zona onde estão os livros, são centenas de livros, temos moveis antiquíssimos como materiais arqueológicos do Arsenal, neste momento já estão a ser contaminados pela água. No fundo o que eu venho aqui fazer é um apelo aos serviços, à Presidência da Câmara Municipal, para que o mais rapidamente possível se resolva este assunto, porque as infiltrações podem ser perigosas numa estrutura com os anos que ela já tem. Ou seja, desde o 3º andar até à cave água infiltrou-se e a água de esgoto, portanto, salgada, destrói completamente a estrutura.”

5.1.9 – A Senhora Município Laura Carvalho:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Laura Carvalho, trabalhadora da Câmara Municipal de Almada, delegada sindical do STAL e tive os meus filhos a serem educados numa creche e jardins-de-infância que sei ser uma parte de mim, do quem teve lá os filhos, de quem lá trabalhou e de quem lá trabalha.

Nos construímos e edificamos a educação dos nossos filhos, a Creche e Jardim-de-Infância 1º de Maio não é um edifício, é um edificado de cimento, tijolo, com toda a cor que as relações humanas para ali transportaram e transportam.

Não achamos que só nós temos direito a uma educação condigna e com o que de melhor pode ter, boas condições em infraestruturas e um projeto pedagógico pensado e posto em prática por pares.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De trabalhadores para trabalhadores, da cumplicidade de quem desempenha todos os dias um papel público, mal reconhecido por quem manda e muito reconhecido por quem lá esta todos os dias.

É verdade que, este edificado tem história e esta, quando a escrevermos, soa a palavras que o vento, com a força que tiver pode leva-las. Nas estamos aqui para afirmar que essa história é transportada por pessoas, pessoas já adultas e trabalhadoras, pessoas que são crianças, pessoas em construção educacional e formativa enquanto indivíduos e também enquanto pais.

Sou a Laura, Delegada Sindical do STAL, da CGTP-IN e luto todos os dias para que a educação em Portugal seja o que a Constituição da República expressa, de acesso universal e “tendencialmente gratuito”.

Luto todos os dias ao lado dos homens e mulheres que no passado possibilitaram a inscrição da educação na Constituição e luto todos os dias, ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras das autarquias de Almada, para que a Constituição ainda por cumprir seja realidade, luto todos os dias para que a Creche e Jardim-de-Infância 1º de Maio, continuo a fazer parte de uma história que é nossa e que deve servir de exemplo para todos. A educação é um direito, a Creche é nossa!”

5.1.10 – A Senhora Múncipe Catarina Azevedo:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Catarina Azevedo, trabalhadora da WEMOB, Dirigente sindical do STAL e tive os meus filhos a serem educados numa creche e jardim-de-infância que sei ser uma parte de mim, de quem lá teve os filhos, de quem lá trabalhou e de quem lá trabalha.

Faco parte de uma conquista, um deles foi o alargamento do acesso dos filhos dos trabalhadores da ECALMA à creche e jardins-de-infância 1º de Maio.

Hoje os meus filhos são resultado dessa conquista e resultado de todas as características daquele projeto educativo único e que só não o reconhece quem não quer ver, só não luta por ele quem não reconhece o papel desempenhado hoje e atrás no tempo.

Hoje os meus filhos são também resultado do que, quem me antecedeu, lutou e construiu e, hoje os meus filhos são resultado do trabalho de quem todos os dias dá de si para a formação dos “serezinhos” que amanhã serão os homens e mulheres que nos rodeiam, auxiliares, educadoras, administrativas e técnicos superiores.

Sou a Catarina Azevedo, Dirigente Sindical do STAL, da CGTP-IN e luto todos os dias para que a educação em Portugal seja, o que a Constituição da República expressa, de acesso universal e gratuito.

Estar aqui podia ser um bom sinal, poderia ser a celebração e reconhecimento do trabalho desenvolvido no sentido de manutenção da creche e jardim de infância, por todos se terem expressado no sentido de manter o equipamento para os filhos dos trabalhadores, com o reforço da capacidade de resposta educativa, enquadrada num projeto educativo, abrangente a todo o Concelho, que caminhasse no sentido da universalidade e gratuidade de todos os graus de ensino para todos.

Mas não, estamos aqui para afirmar que queremos manter a creche e jardim-de-infância para os nossos filhos e em simultâneo exigir que o acesso universal e gratuito à educação seja politicamente afirmado, praticado e exigido, para os nossos filhos para os filhos de pais residentes em Almada, no país e no mundo.

A educação é um direito, a Creche é nossa!”

5.1.11 – A Senhora Múncipe Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Pedro Rebelo, trabalhador dos SMAS de Almada, Dirigente Sindical do STAL e estamos todos aqui para nos dirigirmos a esta Assembleia Municipal, a sua Mesa, com o poder do diálogo e da influência institucional, aos Deputados Municipais e às forças políticas que representam o centro do poder da decisão acerca do futuro do Concelho de Almada. E essa a responsabilidade que identificamos em cada um dos indivíduos que compõem cada uma das bancadas desta Assembleia.

Uma história breve...



A proposta 463 de junho de 2020, aprovada em Reunião de Câmara colocava em da da mesa, a criação de um grupo de trabalho que tinha nos seus objetivos, já o caminho a seguir.

o STAL, convidado a integrar esse grupo de trabalho, tomou a decisão de não o fazer, pelo facto dos seus pressupostos não colocarem sequer a hipótese de outro cenário que não fosse o da verdadeira aniquilação das valências sociais dos trabalhadores da CMA, dos SMAS e da WEMOB. Pensamos que se percebe a razão da nossa não integração nesse grupo.

A verdade é que dois anos passaram e não conhecemos, nós e os Deputados Municipais, nenhuma conclusão formal ou relatório desse grupo de trabalho que até hoje ainda não percebemos qual a real intenção para a sua constituição.

Os trabalhadores, como é do vosso conhecimento, têm lutado muito, pela Creche e Jardim de infância, pela reposição das valências do Serviço de Saúde Ocupacional e pela manutenção dos preços nos refeitórios e da sopa gratuita. Abaixo Assinados, manifestações, intervenções institucionais como a de hoje...

Surpreendentemente, pouco antes das eleições, é afirmado, em audiência ao STAL, que este assunto não estaria colocado. Surpreendentemente na reunião do passado dia 13 de maio, com ordem de trabalhos definida pelo Executivo, nada dizia sobre o assunto da Creche e Jardim-de-Infância 1º de maio, mesmo tendo em consideração que a caderno reivindicativo do STAL acabasse por estar em discussão, a par dos mais de 10 (dez) ofícios sem resposta, que ainda estão para responder tal como assumido nessa reunião.

No dia 27 de maio, o STAL é contactado pelo grupo político da CDU, que nos solicita informação a nós, sobre o decorrer do processo da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, porque eventualmente iria a Reunião do Câmara Municipal uma proposta para alteração ao regulamento da Creche e Jardim de-Infância. Enviamos ofício a exigir esclarecimentos.

Foi enviado por parte do Executivo um pequeno texto chamado de “enquadrador” e proposta no dia 30 do maio para reunir no dia 1 de junho.

Foi solicitado adiamento em virtude da sensibilidade do assunto e da articulação de agendas... foi recusado como pretexto de não haver agenda a curto prazo.

Caso algum grupo municipal queira a documentação que aqui descrevemos podemos e estamos disponíveis para a fornecer.

Não viemos aqui para convencer o Executivo, mas sim para nos dirigirmos a Assembleia Municipal do Almada, no sentido de aferir da vossa disponibilidade, sem decisões previamente tomadas, mas com um objetivo comum, de garantir que a creche continua na esfera dos trabalhadores, sem que nenhuma vaga fique por preencher, caso existam, coma abertura à comunidade.

Sabemos que têm uma proposta em cima das vossas mesas, mas sabemos também, assim como cada um de vocês, que não têm todas as perspetivas sobre o assunto.

A nossa proposta e a criação de uma Comissão nesta Assembleia que adie a votação do regulamento que está na ordem de trabalhos e se faça um escrutínio político acerca deste assunto. Senhores/as Deputados/as Municipais, votarem um regulamento com os impactos que este tem, sem verem de uma forma clara todas as perspetivas relativamente ao problema, parece-nos redutor.

Quatro pilares para esta decisão, a histórica, a social, a política e a jurídica.

A jurídica, será sempre consequência das outras 3 (três). E esta é a questão fundamental.

Nós enquanto trabalhadores deste Município, não somos contra o interesse público, termos uma creche não é contra o interessa público, é a favor desse interessa público. Nós somos parte integrante desse interesse público. E na nossa opinião, equacionarem os grupos municipais a proposta que está aqui a ser apresentada, é dar a hipótese de que esse interesse público seja garantido e esse é um papel que cada um dos Deputados Municipais que aqui está, não se deve demitir de ter. O apelo é que, amanhã durante esta discussão, não percam a perspetiva daquilo que aqui está. Estão aqui profissionais, pais, crianças, que edificaram aquilo que está hoje construído.

Dizer uma última questão que nos parece importante, estamos a falar da vida das pessoas, lutamos todos os dias pela educação dos nossos e dos vossos filhos.”

5.1.12 – A Senhora Múncipe João Luz:

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu Joao Luz, em meu nome pessoal e em representação de alguns moradores da rua Afonso Costa — Vale de Cavala, na Charneca da Caparica, estarmos perante esta Assembleia Municipal como repetentes, para voltar a expor num ato de cidadania em Liberdade com Responsabilidade e transparência o seguinte:

Senhor Presidente José Joaquim Leitão, sei que Vossa Excelência é um homem de Letras, vai de certeza saber ler o meu vocabulário, porque na minha Universidade que também é a sua, aprendemos que saber é lembrar, saber não é esquecer.

Num desencanto total e em referência ao assunto que aqui nos traz, já anteriormente apresentado na Assembleia do dia 30/03/2022 no auditório da casa amarela, e como o silêncio impera, empurraram-nos para estarmos novamente presentes nesta casa da Democracia de Almada.

Senhores/as Eleitos/as, dou tópicos para relembrar.

Existe na Rua Flávia, na localidade já mencionada, no lote 2, uma construção em desenvolvimento. Segundo informação tem processo 62/2019.

Na rua Flávia e na correnteza daquela construção, existem construções de 1 piso abaixo da quota soleira e 1 piso acima da quota da soleira.

Importa aqui reafirmar, e faço ênfase, segundo o Pelouro de Urbanismo da Câmara Municipal de Almada, está aprovado (2 pisos acima da quota da soleira e 0 pisos abaixo da mesma).

Existe, um piso da quota da soleira para baixo com escada interior de entrada no piso e outra entrada na retaguarda, o que forma uma e total incongruência.

Sabendo da diferença de quotas, que são elevadas, da Rua Flávia para a rua Afonso Costa, e com a construção em desenvolvimento, levanta esta Câmara Municipal um problema muito grave aos moradores, fregueses, municipais e cidadãos da rua Afonso Costa. Ficarem coartados da luz e do sol e ao mesmo tempo, um muro que está a ser construído ou vai ser construído de 1,80m de altura.

Como moradores não estamos contra aos direitos daqueles que chegam, mas também não podemos estar a favor de supostos erros que retiram os direitos aqueles que há muitos anos lá estão, direitos de bens essenciais que qualquer cidadão, e faço ênfase a uma senhora de 85 anos.

Foi dito ainda: naquela transmissão do dia 30:

- Ignóbeis, penso que não nos vão considerar, portanto aqui e agora com conhecimento desta Assembleia Municipal, solicitamos ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, uma reunião de caráter urgente, afim de podermos perceber melhor a gramática e matemática que está a ser aplicada.

Deu o Senhor Presidente a palavra ao Senhor Vereador José Pedro, disse o mesmo, que tinha conhecimento do assunto, que ainda ontem dia 29 de março, deu despacho para a fiscalização acompanhar a obra.

Depois do email de 14 de março, apresentado: “entramos em contacto consigo. Não era preciso deixar aqui o seu número do seu telefone, regularmente temos contactado consigo. Reunião em Breve”.

Ora tenho que afirmar, que o Senhor Vereador não disse a verdade e se calhar ao mesmo tempo disse diferente daquilo que pensava perante aquela Assembleia. Ninguém entrou em contacto comigo, nem com outro morador. O email de 14 de março não teve resposta.

Reunião prometida ainda não existiu.

Assim, volvidos 3 meses, solicitamos humildemente ao Senhor Vereador, que nos diga, com dignidade e com valores de Abril a nós e aos sufragados aqui presentes, resultados das démarches indicadas a essa fiscalização que solicitou, ou eles não foram ao local? A obra esta prestes da sua conclusão sem alterações das incongruências mencionadas e ao mesmo tempo se perdeu ou perderam o meu ou nossos contactos para



aquelas respostas prometidas, ou ainda salvo melhor opinião se o poder político não prevalece ao poder técnico. Pequeno que. O que se esconde?

Não vou pedir vassalagens, fica aqui o já exposto para que esta Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente José Joaquim Leitao, possa perceber se assim quiser entender, onde impera o silêncio, e como o executivo nos trata, havendo ainda da nossa parte a solicitação de não nos tratarem como ignóbeis.

Vou acabar, fervilhando, deixando aqui um sentimento de Abril, que os fracos sejam cada vez mais fortes — os fortes cada vez mais justos, e que os fortes e os justos cada vez mais justos. A bem de um Concelho melhor e mais transparente.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora Joana Mortágua, os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldes, Luís Filipe Palma e José António Rocha.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve, eu sou a primeira normalmente a lamentar junto do Senhor Presidente e dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais que, perante uma quantidade muito considerável de intervenções e 40 (quarenta) minutos de intervenções, como devem imaginar os 12 (doze) minutos de que disponho, eu ou qualquer outro Presidente no meu lugar, é claramente insuficiente, vão votar o Regimento, eu não interferi, espero que tenham tido em atenção essa matéria, dado que o funcionamento desta casa é democraticamente aprovado.

Senhora Vereadora Joana Mortágua se eu tiver dois minutos, coisa que não garanto, eventualmente poderei lhe ceder. Agora, sinceramente, não lhe garanto.

Vou tentar ser muito sucinta.

Relativamente ao Senhor Múncipe Artur e ao Café “Pastel de Nata”, eu tinha previsto passar a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira, dado que já houve uma ação de fiscalização, vou pedir que possam conversar, a seguir, dado que o tempo é muito escasso.

Dizer-lhe só, que a fiscalização já lá foi, poderemos dar-lhe informações mais detalhadas, a Senhora Vereadora poderá dar-lhe informações mais detalhadas, de como o processo está a decorrer.

O Senhor Múncipe Eduardo Maltez, já cá veio várias vezes. Senhor Múncipe Eduardo, eu não tenho tempo para fazer todo o histórico, mas a questão é muito simples. A Biblioteca pertencia a uma associação, não interessa estar a dizer qual. A Câmara Municipal não pode fazer um protocolo nem dar apoios a uma associação que não pede apoios no âmbito daquilo que é o regulamento dos apoios públicos nos moldes exatos. É tão simples quanto isso. Não basta vir aqui com um grande discurso dizer que isto é uma indignidade, se não pedem apoio, como todas as outras associações, não podem ter apoio nem outro qualquer tipo de protocolo e não tenho mais tempo para responder.

Relativamente à Senhora Susana Garcia e aos moradores de Vale Flores, eu penso que esta matéria já cá veio uma vez, que essa questão já cá veio uma vez, e que houve uma ação de fiscalização e as notas que eu tenho aqui e até tinham a ver, houve várias interações com o serviço veterinário e com o gatil. Aqui também acho que merece uma conversa longe deste âmbito, porque obviamente, há aqui algumas responsabilidades partilhadas na gestão delicada desta matéria. Portanto, todos nós somos a favor dos animais, todos nós somos a favor das comunidades, nós somos a favor de hortas comunitárias, mas estas coisas devem ser feitas em articulação e normalmente, até sem qualquer tipo de agressividade ou hostilidade para com os serviços que estão aqui de um lado para fiscalizar, é certo, também é sua função. Outra coisa para ajudar a encontrar soluções em franca colaboração. E estou a transmitir aquilo que também me foi transmitido.

A Senhora Múncipe Mónica Santos, moradora no 2º Torrão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Mónica Santos, houve uma primeira reunião individualizada com cada uma das famílias, os critérios não é a Câmara Municipal que os define, os critérios do Programa Porta de Entrada, ao qual os senhores estão abrangidos, não é a Câmara Municipal que os define. Poderá ser colocado ao IHRU o caso da habitação que os encontraram. Poderá ser levado ao IHRU para ver se é aceite, se não é aceite. Normalmente, o que é definido é os metros quadrados máximos. Também não pode ser uma habitação absolutamente indigna por aquele preço. Portanto, é uma avaliação que é feita na candidatura. Mas isso é um processo que está em curso como sabem. Ninguém está a dizer que os senhores têm obrigação de encontrar uma casa e a Câmara Municipal ainda não atribuiu casas, está justamente a ter entrevistas com cada uma das famílias e a ver caso a caso a situação de cada uma das famílias. É um processo em curso.

Relativamente, aos outros dois municípios, os critérios foram vistos e eu depois já vou ao município Cristóvão Santos, que é aliás, autarca e, portanto, já lhe responderei.

Houve uma avaliação da Proteção Civil à vala, o traçado da vala é conhecido, e para além da vala foi traçado um perímetro de dez metros, um perímetro de segurança. Não é preciso ir às casas para saber onde passa a vala. É evidente, a vossa casa em função do trajeto da vala, também não sei se a canalização se é absolutamente a direito se é mais diagonal, seja como for, nenhuma demolição integral será feita, sem o acompanhamento e o estudo necessário para a solidez das outras habitações que estão ao lado. É que não é só a solidez, é também as ligações elétricas, é um processo complexo. Aquelas casas estão identificadas, as pessoas vão ter que sair, o processo de demolição vai acontecer, mas é óbvio que não é um processo de demolição que ponha em risco as outras casas o que torna o processo mais complexo.

Portanto, se não foram contactados, é porque estão para lá da faixa de segurança dos dez metros. Mas aqui também, poderemos ver com calma essas questões. Neste momento há uma prioridade que é o realojamento das pessoas nesta situação de emergência, mas obviamente, não é pondo em causa a casa das outras pessoas.

E agora, respondo também a algumas dúvidas, respondendo ao autarca de Freguesia, Cristóvão Santos, que até pelas funções que ocupa, deveria perceber que, não é em tom para insultar que se obtêm respostas.

Há três anos sim, fizemos a descoberta graças a uma ação dos SMAS, do estado da vala. De há três anos para cá que temos vindo a monitorizar a situação da vala. E é porque monitorizamos regularmente a situação da vala, que pudemos nos aperceber que houve um agravamento da situação. E, portanto, o que estávamos a fazer, tem que haver um aceleração nessa questão e uma alteração até de projeto. Em fevereiro, foi lançado o concurso para os primeiros 95 (noventa e cinco) fogos de construção, estando identificadas as zonas, as áreas, as pessoas e os grupos a realojar em prioridade. Onde estavam justamente os moradores da vala do 2º Torrão. Nós tínhamos uma perspetiva temporal e por isso íamos monitorizando, uma perspetiva de ter tempo para lançar o projeto, lançar a construção das casas e a realojar as pessoas. Aconteceu que houve uma deterioração por razões várias que eu não sei nem tenho tempo para explicar agora, para fazer. Portanto, não é verdade que, é justamente porque temos estado a acompanhar, porque estamos com atenção, porque cuidamos da segurança das pessoas, porque por fim detetamos um problema que nunca tinha sido detetado porque nunca ninguém tinha ido olhar para aquela vala, que pudemos adiantar e tomar medidas que já estão em curso. Fomos surpreendidos com uma degradação maior? Fomos. Estamos a tomar outra lógica, já não é o realojamento habitual, é um realojamento que não queremos que seja de urgência, de emergência, de um dia para outro, mas que tem um prazo para ser feito, em principio antes do novo período das chuvas.

Portanto, não há surpresa, há cuidado, há acompanhamento e há trabalho sério ao longo de três anos.

Relativamente ao Senho Município Carlos Godinho. Eu já falei com o Senhor Vereador Filipe Pacheco, é uma situação complicada, os serviços estão a tentar geri-la da melhor maneira, mas é óbvio, que tem que se poder fazer a obra. Agora, é a casa de uma pessoa, mesmo que seja um prédio municipal é uma situação que tem particularidades que eu por respeito até à pessoa que mora no 3º andar, não irei aqui revelar, poderemos falar depois também com um bocadinho mais de detalhe.

Relativamente à questão da Creche. A proposta da Creche está agendada para a Assembleia Municipal, provavelmente será debatida amanhã. Teremos uma grelha de uma hora para debater. E, portanto, se me



permitem, eu acho que este debate e convido-vos a vir a assistir ao debate, teremos uma hora para debater e para clarificar todas as situações. Agora, não certamente para os dirigentes do STAL que sabem, mas para as pessoas que estão aqui a assistir eu quero deixar claro.

Primeiro, a Creche não vai fechar. Segundo, a Creche desde 2014 que está identificada como estando numa situação de facto, de necessidade absoluta de se adaptar a um regime jurídico compatível. O risco que corremos é o fechar de um dia para o outro, foi isso que nós temos evitado. Aliás, já antes de nós tinha havido propostas de adaptação para a Creche já os Municípios à nossa volta, adaptaram as suas creches.

Portanto, a Creche não vai fechar. Qual é aqui a grande questão? A Creche vai ter que se abrir à comunidade. Sim, é a Creche para trabalhadores da Câmara Municipal, mas também para outros almadenses. E sim, a nossa Creche tem possibilidade de o fazer. E sim, é um excelente projeto educativo para os nossos trabalhadores e também para a comunidade.

Outra das grandes prioridades na resolução que trouxemos, que as trabalhadoras da Creche, todas elas sem exceção, não perdessem nem vínculo, nem a situação em que estavam. A Creche podia ser integrada no serviço público de educação, mas significava que as nossas trabalhadoras teriam que se sujeitar a um concurso com resultados. São dirigentes sindicais, têm uma obrigação acrescida de transmitir às pessoas com clareza e transparência o que é a Lei, quais são os direitos, como se conseguem obter e quais são as garantias. Mas tudo isto poderemos debater amanhã.

Relembrar, a Creche não vai fechar. A Creche vai abrir à comunidade. Todos os postos de trabalho estão garantidos nas condições atuais. Esta situação é conhecida há muitos anos, não podemos continuar a adiar. E por fim, só lamento como foi aqui assumido, que se venha invocar a Constituição, este elemento tão importante, esta vitória tão importante de Abril, mas quando é preciso sentar-se à mesa para negociar, mais uma vez o STAL se tenha recusado.

Senhor Município João Nunes, também aqui, se me permite, poderemos conversar com mais detalhe com o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Joana Mortágua:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sei quais são exatamente as minhas competências e não pretendo extravasa-las e, portanto, é mesmo um esclarecimento.

Porque houve uma reunião não pública, com os Vereadores sobre o realojamento das pessoas do 2º Torrão, em que eu perguntei diretamente quais eram os critérios de acesso a esse realojamento e não foram explicitados todos os critérios que aqui foram mencionados pelos moradores, nomeadamente, a questão da dimensão das casas. Portanto, quero apenas esclarecer, como a reunião de Câmara não foi pública, que os Vereadores não tinham todos a mesma informação sobre os critérios de acesso ao realojamento das pessoas do 2º Torrão “

5.2.3 – Nos termos Regimentais do artigo 53º do Regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra em defesa da honra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5.2.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereadora, os critérios de atribuição de casa é um Programa chamado “Porta de Entrada” que passou pela Assembleia da República. A Senhora Vereadora, para além de Vereadora, é Deputada da Assembleia da República. Portanto, se não conhece os critérios, é porque não fez o seu trabalho, nem aqui nem na Assembleia da República.”

5.2.3.2 – A Senhora Vereadora Joana Mortágua:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como é óbvio, porque não posso ser insultada em relação às competências que tenho ou deixo de ter, nomeadamente, noutros cargos que exerço, quando a responsabilidade de informar os Vereadores sobre os critérios com que vai fazer um realojamento de maior importância neste Município, é da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores. A minha responsabilidade enquanto Vereadora é fiscalizar essa responsabilidade municipal. Portanto, quando eu pergunto exatamente quais são os critérios que vão ser atribuídos e aliás, se vai haver complementaridade a esses critérios caso o programa nacional não seja necessário, quando me responderam falaram em preço médio da habitação, falaram dos critérios nacionais, ninguém nos disse que o T2 tinha que ter entre 92 a 96 metros quadrados, nem que o T3 tinha que ter medida certa.

Portanto, não vale a pena tentar atirar a bola para outro lado nem desviar as atenções. Quem tinha a obrigação de responder sobre os critérios quando questionado em reunião de Câmara, era a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores.”

5.2.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereadora, na reunião que foi privada, foi claramente dito qual era o programa a que a Câmara Municipal se estava a candidatar, chama-se programa “Porta de Entrada”. Esse programa é público, os critérios são públicos. Tanto quanto eu me recordo, a Senhora Vereadora queria que eu soubesse de cor a questão dos metros quadrados. Eu disse-lhe claramente, são os programas definidos pelo Governo, no âmbito dos programas que foram criados e aprovados em Assembleia da República e que estão publicados. A Senhora Vereadora pode fiscalizar a ação da Câmara Municipal sempre, a Senhora Vereadora não pode é querer absolutamente substituir a Câmara Municipal por aquilo que são documentos públicos. E volto a dizer Senhora Vereadora, se estava tão preocupada com a habitação, tinha bom remédio, é ter aceite o pelouro da habitação quando lhe foi oferecido. Porque uma coisa é falar a outra coisa é trabalhar.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para três notas relativamente a este período que estamos a viver.

A primeira tem a ver com uma saudação que a CDU quer fazer à presença de tantos munícipes nesta sala. A democracia é isto mesmo, a democracia é a participação e é sempre muito saudável vermos tantas intervenções e vermos tantos munícipes presentes a assistir a uma Sessão da Assembleia Municipal.

A segunda nota é uma nota de preocupação. É uma nota de preocupação porque assistimos aqui a várias intervenções e assistimos aqui a várias intervenções recorrentes, que vêm aqui várias vezes, e assistimos aqui à falta de resposta do executivo municipal. Isto é uma preocupação que nos fica relativamente à incapacidade que é manifesta do executivo municipal responder às preocupações e às necessidades concretas que os munícipes aqui nos colocam e colocam noutros fóruns.

A terceira nota. Não querendo antecipar obviamente, aquilo que vai ser o debate amanhã sobre a proposta relativa à Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, a CDU não pode deixar de saudar vivamente a presença nesta reunião de três trabalhadores do Município de Almada que aqui vieram colocar frontalmente e de forma muito séria as suas grandes preocupações relativamente a um direito que é seu, que foi construído por si e até em tempo gerido por si e que agora, veem ameaçado pelo menos de perda de alguns direitos que conquistaram. Uma viva saudação aos trabalhadores e a solidariedade da CDU relativamente à sua luta.”

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu lamento fazer esta intervenção, mas isto como já foi dito, é recorrente. Os cidadãos dirigem-se à Assembleia Municipal, dirigem-se à Câmara Municipal e não têm resposta. Eu utilizei a expressão na última Assembleia que é grave não responder aos cidadãos e também é grave não responder às instituições. E, portanto, todos os casos que foram trazidos aqui, a Junta de Freguesia teve sempre o papel de intervenção fazendo a ligação com os



serviços competentes da Câmara Municipal, e respostas voltam a ser novamente zero. Foi trazida aqui a questão da esplanada, embora a esplanada como se sabe teve um vazio de isenção de cobrança de esplanadas, mas o certo, porém, é que no período da pandemia registaram-se muitos casos graves na rua Afonso Paiva, nós dirigimos vários ofícios e não foi só à Câmara Municipal, e o certo, porém é que as situações nunca são resolvidas.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal fala aqui em trabalho e que muitos falam, mas isso não pega, não pega porque a Senhora Presidente também disse relativamente ao terreno de Vale Flores, que é uma questão de nós trabalharmos e dialogarmos, mas o certo, porém é que tiveram ali uma intervenção agressiva, que envergonha qualquer eleito que esteja no Poder Local em qualquer outro órgão democrático.

Eu estou a defender os cidadãos que me elegeram, e, portanto, enquanto Presidente de Junta e Deputado Municipal exijo respostas aos órgãos competentes.”

5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui uma palavra de solidariedade para com todos os munícipes que aqui tiveram a sua intervenção e informar que iremos requerer o Relatório da Proteção Civil e dos SMAS de 2019, que foi aqui afirmado pelo munícipe que existia, e pelas palavras da Senhora Presidente da Câmara, depreendo que tinha conhecimento desse Relatório e que remonta a 2019, e que o Bloco de Esquerda irá requerer esse relatório.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento do Cónego João Seabra apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 3 de junho do presente ano, morreu, com 72 anos, João Seabra.

Nascido em Lisboa, em 1949, João Seabra licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entrou para o Seminário dos Olivais em 1973 e estudou Teologia na Universidade Católica Portuguesa (UCP).

Foi, indiscutivelmente, uma personalidade incontornável da sociedade portuguesa e da Igreja Católica.

João Seabra foi um homem que durante toda a sua vida soube sempre colocar o seu olhar no amor à verdade, não tendo por isso medo de a defender. Foi muitas vezes polémico por não ser politicamente correto. Foi um dos maiores defensores dos Direitos Humanos, defendendo a dignidade da vida humana desde a concepção até à morte natural, inspirando e apoiando muitos movimentos e associações de apoio à vida e à família.

João Seabra deixou um importante legado pastoral e um Testemunho de Fé aliado à razão que, verdadeiramente, fez a diferença na sociedade portuguesa.

João Seabra, foi ordenado Sacerdote a 5 de novembro de 1978, pelo Senhor Cardeal D. António Ribeiro e foi ainda Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa e diretor do Instituto Superior de Direito Canónico, da Universidade Católica Portuguesa, onde foi também Capelão. Também foi Pároco em Santos-o-Velho e na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, no Chiado.

João Seabra, na qualidade de Cónego fez ainda a licenciatura em Direito Canónico na Universidade Pontifícia de Salamanca e o Doutoramento em Direito Canónico na Pontifícia Universidade de Roma.

Em 2019, João Seabra, foi condecorado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Indiscutivelmente, foi um grande português, figura maior da Igreja, personalidade marcante da cidade de Lisboa. Foi um homem que se entregou a Deus e viveu a sua vida nessa entrega, nesse amor, fazendo de si mesmo um servidor.

Como expressou o Órgão Deliberativo do Município de Lisboa, cita-se, "A sua inteligência era fascinante, o verbo era arrebatador, a espiritualidade era contagiante, misteriosa, palpável. O entusiasmo era comovente.

Irrequieto e lutador, convicto e dono de uma oratória vibrante. Padre, capelão, inspirador de movimentos e obras, orientador de jovens e casais, curador de almas, extraordinário confessor, até ao fim um pastor e um peregrino.

João Seabra ficará na memória de muitos pelo seu amor a Deus, que o conduziu ao "amor às pessoas", associando-se à causa da vida, da justiça e da verdade, sabendo ler e entender o contexto social, cultural e político.

Nunca desaparece um homem assim. Dele fica a inspiração, o testemunho, a memória, os desafios com que nos interpelou, a coerência com que viveu.

O Padre João Seabra apontou sempre para o Alto como forma e exemplo de amar o próximo.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na presente data, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Padre João Seabra, endereçando as mais sentidas condolências à família, aos amigos, aos paroquianos, aos alunos e a toda a Comunidade Católica."

6.2.2 – Pelo Falecimento de Fernando da Costa Rodrigues apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 9 de junho, Fernando da Costa Rodrigues. Natural de Amora, nascido em 28 de novembro de 1931, residiu toda a sua vida no Laranjeiro e foi um destacado cidadão com um impressionante percurso de vida no movimento associativo, sindical e político.

Como autarca pelo Partido Socialista, foi candidato a Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, nas primeiras eleições autárquicas democráticas, em 1976, tendo sido eleito membro da Assembleia da referida Freguesia, e também candidato a Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, nas eleições autárquicas de 1989 e de 1993, tendo sido eleito membro da Assembleia da referida Freguesia.

Como militante do Partido Socialista, esteve nos primórdios da ação política da secção do Partido Socialista do Laranjeiro e Feijó, tendo-se empenhado na construção dos alicerces desta estrutura.

Sócio de mérito do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL), clube ao qual dedicou grande parte da sua vida, exerceu, em vários mandatos, diversos cargos dirigentes, designadamente os de Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro do CIRL.

Foi também dirigente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Fernando da Costa Rodrigues foi um homem a quem se lhe reconhece grande dedicação ao movimento associativo e à causa pública, tendo pautado a sua ação com simplicidade, humildade e espírito de missão.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 21 de junho de 2022, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao Partido Socialista e ao movimento associativo almadense, em particular ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, as mais sentidas condolências."

6.2.3 – Pelo Falecimento da Pintora Paula Rego apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU);

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Paula Rego criadora de uma imensa e significativa obra, tocou e toca todos os que lutam por uma sociedade livre de preconceito de género e do sofrimento daí resultante.

A sua Arte relembra-nos, de uma forma crua, a realidade das lutas pelo direito legal e digno ao aborto, pela igualdade de género e pela emancipação da Mulher.

Relembra os passos que precisou de tomar para, em plena ditadura fascista, escolher o que considerou ser o melhor caminho para uma mulher criadora de Arte.

Apesar de emigrada e de alguma forma exilada, as suas criações realçam a constante ligação a Portugal e ao sofrimento das Mulheres, mesmo depois da Revolução, sob o jugo machista dominante, que teimava em retirar à Mulher o direito de escolher o que fazer com o seu corpo e de escolher o seu próprio futuro.

Relembra-nos, a cada passo, que as lutas são incessantes e que nada está garantido.

Paula Rego deixa-nos mais do que uma extensa e brilhante obra, também o exemplo e a experiência de luta constante e de como a entrega de quem luta não deve nem pode parar.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 21 e 22 de junho de 2022, expressa o seu profundo lamento pelo desaparecimento físico da criadora e artista plástica Paula Rego, que nos deixou no passado dia 8 de junho, e envie os mais sentidos votos de pesar a toda a sua família e seus entes queridos.”

6.2.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.4.1 – O voto de pesar pelo falecimento do Cónego João Seabra foi aprovado por maioria com 14 votos de abstenção, sendo 11 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 24 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes da Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.2.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

O CDS-Partido Popular representado na Assembleia Municipal de Almada, pelo seu Deputado Municipal António Pedro Maco, endereça as mais profundas e sentidas condolências à família, amigos e às entidades eclesiais nomeadamente ao Patriarcado de Lisboa na respetiva Sé, pelo falecimento do seu Cónego João Seabra.

O mesmo recorda o Cónego João Seabra como um Homem bom, sempre disposto a ajudar o próximo, muito assertivo nas suas convicções e um profundo doutrinário da sua Fé e da sua crença.

Reconhecido entre os seus pares e por quem teve o privilégio de o conhecer e de lidar com o mesmo, o Cónego João Seabra, deixa-nos a todos um legado de entrega, de compaixão, de sabedoria e de gratidão para com o seu semelhante.

Ao longo da sua vivência destacou-se de forma notável a entrega junto dos jovens que o Cónego João Seabra dedicou grande parte da sua vida cristã, com enorme devoção e abnegação tentando sempre encaminhar os jovens no caminho da Fé.

Era um Homem bom, livre e solto no seu pensamento e da sua doutrina, sempre com uma palavra amiga para o seu semelhante, o que faz da sua memória um valente e inquestionável testemunho junto das gerações vindouras.

Um exemplo para todos. Que Deus o receba na Paz que merece.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.4.3 – O voto de pesar por falecimento de Fernando da Costa Rodrigues foi aprovado por unanimidade.

6.2.4.4 – O voto de pesar por falecimento da Pintora Paula Rego foi aprovado por unanimidade.

6.2.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.3 - Usaram da palavra para apresentar Declarações Políticas os Senhores Deputados Municipais Joaquim Miguel Judas, António Pedro Maco e Nuno Alexandre Mendes.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As últimas semanas têm sido preenchidas com preocupantes notícias, apontando para a falência do Serviço Nacional de Saúde, enquanto garante efetivo do direito à saúde dos portugueses.

A tese aparece suportada em dados de incontestável robustez, uma elevada mortalidade, inabitual nesta época do ano, uma dificuldade no acompanhamento das grávidas, em particular no momento do parto numa nação a braços com índices de natalidade que comprometem o seu futuro e por outro lado, os cuidados de saúde primários, com cerca de um milhão e quatrocentos mil utentes sem médico de família, que são incapazes de prevenir a doença e de acompanhar os seus doentes, os serviços de obstetria e em particular as urgências obstétricas, num vasto número de hospitais públicos, a comunicarem a sua incapacidade em prestar serviço às grávidas por falta de médicos especialistas ao serviço. A realidade fere-nos, é inegável o sofrimento que gera e prolonga, agora.

Para trás, ficaram as jornadas heroicas do serviço público que nunca faltou quando os outros fugiam a assumir responsabilidades a prestar cuidados às vítimas da epidemia. Ficou para trás a ovação e o público louvor.

O SNS tem um problema estrutural, proclama-se. Solução, uma urgente e corajosa reflexão. E assim ficaria a mortalidade explicada e a natalidade encorajada.

As referências ao SNS, são feitas em jeito de psicodrama: “eu amo-te SNS, não imagino a minha vida sem ti, mas sabes SNS, tens um problema estrutural, precisamos de fazer uma reflexão, dar um tempo e depois se necessário agir corajosamente, ou saís ou ficas cá a pagar uma renda”. Há muito que a direita identificou o que é no seu entender, o problema estrutural do SNS, e disse-o: “o SNS é um luxo num país pobre como o nosso, precisamos de menos Estado e melhor Estado, é preciso eliminar as gorduras do Estado, o Estado não sabe organizar e não sabe gerir, o Estado asfixia a sociedade civil”.

Com estas bandeiras, a direita, e diga-se, o PS a praticar política de direita, levaram-nos ao ponto em que os portugueses são dos europeus que mais pagam diretamente do seu bolso, para ter acesso aos serviços de saúde. Em que cerca de 50% do orçamento dos gastos do Estado com a saúde, se destinam a pagar a entidades privadas, que prestam serviço ao Serviço Nacional de Saúde, ou outras entidades públicas da saúde. Em que as remunerações, carreiras e condições de trabalho no SNS, não só não cativam, como dele afastam milhares de profissionais de saúde, cuja formação e competência são reconhecidas em todo o mundo. É neste aspeto, comovente, ou foi neste aspeto comovente, ver no dia 10 de Junho, o Senhor Presidente da República elogiar os profissionais de saúde portugueses a trabalharem nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde Ingleses.

Para a Direita, a solução para os problemas estruturais do SNS e para a atual falta de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde, é simples e clara, no mesmo caminho que têm insistentemente prosseguido, contratar serviços de urgência geral, de urgência obstétrica e de cuidados primários de saúde, com os hospitais privados.

O texto do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde que o Partido Socialista acabou por vir a cozinhar nos últimos meses, ao arrepio da Lei de Bases de Saúde de 2019, insere-se e encoraja esta estratégia da direita.

A direita não quer que acabe aquilo a que o PS chama SNS um Estatuto congeminou, a direita não está preocupada com a qualidade dos serviços de saúde a que os portugueses têm direito, está sim interessada, em



que o Estado aumente a brutal renda que já paga aos grupos privados, e estes não podem matar a sua galinha dos ovos de ouro.

É preciso ser-se claro e firme, assegurar o direito à saúde da população requer que os recursos do orçamento para o Serviço Nacional de Saúde sejam reforçados substancialmente. Que não haja a indecorosa cativação de verbas que têm existido com inadmissíveis adiamentos na regularização e dignificação dos profissionais e no reconhecimento do real valor do seu trabalho, para que se efetivem as obras nos hospitais e centros de saúde.

Em suma reforçar as condições para que o SNS volte a ser o prestador direito de cuidados de saúde, que em muitas áreas nunca foi ou deixou de o ser. Reorientar para o investimento público na saúde, o que atualmente, os recursos que atualmente se consomem em renda aos privados, é o dever de quem efetivamente defende o Serviço Nacional de Saúde.

O Município de Almada promoveu ao longo dos anos, uma política ativa de desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, que se traduziu designadamente, no apoio à construção do Hospital Garcia da Orta e de Centros de Saúde. Manter uma intervenção atenta e construtiva na busca de soluções, é complementar da denúncia de insuficiências e da mobilização popular.

Pela nossa parte, é esse o caminho que continuaremos a prosseguir, os almadenses sabem que podem continuar a contar connosco.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iniciará no Concelho de Almada, segundo apontam os responsáveis, no dia 1 de julho, o novo megaprojeto de transporte público rodoviário, Carris Metropolitana.

O CDS-PP, desde logo, quer deixar bem claro, que deseja que o projeto tenha o maior sucesso e tem todo o interesse que o mesmo possa decorrer dentro do delineado com vista a um serviço com melhor qualidade às populações que fazem uso do transporte público, em concreto, o rodoviário.

Mais relembra o CDS que este projeto não é do Governo A ou do Governo B, tal como não é nem do partido C nem do partido D. O projeto Carris Metropolitana é da Área Metropolitana de Lisboa, a AML e da Transportes Metropolitanos de Lisboa, a TML, e dos municípios que tiveram a visão e o interesse da criação de um projeto moderno, eficaz e virado para as novas necessidades de mobilidade na grande Lisboa.

Todavia, o projeto já iniciado numa primeira fase noutros concelhos do distrito de Setúbal, não tem corrido como se esperava, e tem sido alvo de muitas queixas por parte de utentes e dos próprios profissionais, os motoristas, que denunciam falta de organização, falta de autocarros, supressão de rotas e de carreiras, falta de informação, falta de horários, autocarros desconformes às necessidades, entre outros problemas que este projeto piloto trouxe à luz do dia, criando mais problemas às populações do que supostamente tinha como finalidade. No concelho de Almada já existe uma enorme preocupação com os novos percursos e com os novos horários.

Em Almada, o Lote 3 do concurso, tudo indica que terá o seu início daqui a poucos dias.

Acresce que no que diz respeito aos autarcas do Concelho, nomeadamente, os Deputados Municipais que sempre se disponibilizaram e deveriam ser um parceiro fundamental para o projeto, pouca ou nenhuma informação têm, lamentando que a que ainda vão tendo, seja pela Comunicação Social, o que no entendimento do CDS, é não só uma total falta de consideração por um órgão legitimamente eleito e representante das populações, mas também, teimosia do mau hábito de impor unilateralmente a aplicação de um projeto desta envergadura ao arrepio das populações.

A falta de resposta dos TST - Transportes Sul do Tejo, para reunir com a 6ª Comissão da Assembleia Municipal a fim de que haja um diálogo bilateral, é não só inusitado por parte dos TST, como atrevemo-nos a dizer, uma autêntica falta de respeito e de consideração pelo poder local.

É desejo do CDS que os problemas com que se deparam os outros concelhos onde a Carris Metropolitana já iniciou a sua atividade no distrito de Setúbal, não aconteçam em Almada, mas com o que presenciamos no momento, é caso para muita expectativa e muita preocupação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Se este projeto falhar, nem que seja só um mês, milhares de almadenses serão prejudicados na sua mobilidade diária, com as implicações negativas que trará para as suas vidas profissionais e pessoais.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É lamentável a situação que se vive há anos no Segundo Torrão.

Mais lamentável é, um assunto desta importância ser negligenciado quando se trata da vida de pessoas, de cidadãos, que vivem em condições sub-humanas, em pleno século XXI, (tal como puderam ouvir no discurso de alguns munícipes hoje).

O Facto do PS e PCP na Freguesia do Monte da Caparica e Trafaria, terem recusado uma iniciativa de Reunião Extraordinária para discutir o assunto, é inconcebível e inaceitável. Falar do Segundo Torrão na campanha eleitoral é fácil. A realidade é bem diferente pós-eleições. Já todos percebemos que não estão disponíveis e que a liberdade e os Direitos, esses sim, estão em segundo plano.

A par deste assunto, um outro de importância nacional, mas de especial relevância local: a Saúde e o estado em que se encontram as Urgências dos Hospitais, um pouco por todo o País. As Urgências estão um caos, com mais de 18 horas de espera, com futuras Mães a terem os seus filhos à porta do Hospital. Vemos as queixas a serem recebidas quase diariamente, em entrarem-nos pela televisão.

O Estado a que esta Nação chegou porque todos os Governantes negligenciaram a Saúde, Não criando condições que permitam que Médicos e Enfermeiros optem por trabalhar no Público.

Os serviços de obstetrícia fecham para férias e as Mulheres grávidas terão de ter os seus filhos em casa. É uma Vergonha nacional, a negligência do PS, com uma Ministra da Saúde que não sabe os problemas dos Hospitais, que se esconde atrás de um primeiro-ministro que não tem interesse na Saúde da sua população.

O PS governa desde novembro de 2015. Praticamente, sete anos passaram e a Saúde Pública piorou. A situação de perda de médicos não foi revertida, os equipamentos estão mais velhos. O projeto relativo ao Hospital do Seixal, em que se dizia que iria reduzir a carga do Hospital Garcia da Hora, não avança. E agora o governo aparece na televisão, muito admirado por não haver médicos, nem condições no Serviço Público. Meus Senhores, é pura hipocrisia. É uma vergonha.

Trago ainda a público uma preocupação manifestada pelo Chega na Comissão de Transportes e Mobilidade.

Não pudemos previamente analisar a implementação do novo sistema de transportes em Almada, tendo esta início já no próximo dia 1 de julho.

No entanto os sinais são preocupantes, e em tudo semelhantes, aquando da implementação deste sistema nos Concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal. Os sinais são os mesmos, a preocupação parece ser a mesma.

Esperamos que a População Almadense não seja sujeita aos mesmos problemas que estas populações tiveram. Cabe à Câmara Municipal de Almada, usar todos os meios para defender a população que a elegeu, relativa ao problema da Saúde e dos Transportes.

Gostaria de acabar com uma nota positiva saudando os atletas Almadenses que, este fim de semana, competiram no Campeonato Nacional de Atletismo Sub-18 em Viana do Castelo.

Em Especial para Eduardo Mendes, atleta do Núcleo Desportivo do Laranjeiro que conquistou a medalha de ouro no Lançamento do Peso e Lançamento do disco, e para Tiago Machado, atleta do Clube Pedro Pessoa da Escola de Atletismo na Sobreda, que alcançou a medalha de prata na corrida de 2000 metros obstáculos.

A todos os atletas e instituições envolvidas a nossa saudação.”

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação sobre o “Aproveitamento Alimentar”;

6.4.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



O Grupo Municipal do Partido Chega considera que o Aproveitamento Alimentar é de extrema importância para todo o Concelho e para todo o País.

Há a necessidade de sensibilizar cada vez mais entidades, pessoas e serviços.

“O povo português entende que em sua casa não há desperdício alimentar”, embora se estime que 40% dos alimentos são desperdício alimentar, devido à real falta de informação, de formação e de sensibilidade para debater este assunto.

Há a necessidade de confeccionar refeições saudáveis e nutritivas, associadas à necessidade de boas práticas, as quais consistem no reaproveitamento dos alimentos.

Há Competências que a Câmara Municipal tem de exercer e que estão explanadas na peça que entregamos.

É necessário criar “Boas práticas”, inserindo as mesmas na Educação e na Comunicação.

Neste campo, há Transferências de Competências para os Municípios; há, ainda, uma Iniciativa Piloto no âmbito da Compostagem, a qual deverá implantada no Município de Almada; há possibilidade de candidaturas para projetos europeus; é necessário criar uma rede de distribuição de alimentos; há um imenso recurso de pesca que é desperdiçado; não há arca de frio de grandes dimensões para armazenamento, nem carrinha para completar o circuito de frio, necessário para transportar os alimentos congelados das empresas doadoras até aos locais de consumo e aproveitamento, sendo necessário criar pontos de armazenamento.

Desta forma, o CHEGA recomenda à Câmara Municipal de Almada:

1. Desenvolva com urgência um Plano bem estruturado, coerente e consistente, com vista ao aproveitamento alimentar;
2. Que esse Plano garanta o cumprimento da Lei vigente em território nacional;
3. Que contenha Planos de Formação específica para Cidadãos, para Professores e Alunos, num contexto escolar;
4. Seja criado um local de armazenamento, contendo arcas frigoríficas em número necessário;
5. Seja disponibilizada uma carrinha de frio, adequada ao transporte de alimentos.
6. Haja um envolvimento de Seniores e de Jovens neste Plano de Educação;
7. Se criem estruturas de recolha porta a porta de restos alimentares;
8. Que o Plano contemple uma inserção e uma interação direta com as Juntas de freguesia para a implantação do mesmo.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS), para apresentar uma Saudação ao “Festival Internacional de Teatro de Almada”;

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada é um concelho com forte expressão cultural, promovida pelo movimento associativo e pela Câmara Municipal.

Após o período pandémico, que exigiu de todos um esforço de adaptação, este é o primeiro ano em que o modo como a cultura interage com o concelho e com os seus visitantes regressa ao modelo habitual e sem limitações.

Entre os dias 4 e 18 de julho, o *Festival Internacional de Teatro de Almada* regressa na sua 39ª edição, recebendo 20 produções nacionais e internacionais. Para além dos espetáculos de teatro, o festival vai apresentar exposições, conversas e concertos e homenageará o cenógrafo José Manuel Castanheira.

O Festival conta com uma comparticipação financeira no valor de 225.000,00€ por parte da Câmara Municipal que, mesmo durante o período pandémico, não deixou de apoiar fortemente o Festival, para que, mesmo em moldes adaptados ao momento peculiar e dramático que se vivia, não perdesse a sua marca, dinamismo e papel de “Resistência”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O *Festival Internacional de Teatro de Almada* que, com a imprescindível ação de Joaquim Benite, teve em 1984 o seu nascimento, num improvisado palco ao ar livre no Beco do Tanoeiros, na zona velha da cidade, é hoje, reconhecidamente, o maior evento teatral do país e um dos maiores da Península Ibérica e da Europa, contribuindo para a evolução de Almada ao nível de equipamentos culturais, recuperação urbanística e reestruturação da esfera pública.

O constante estímulo, apoio e participação ativa, designadamente ao nível financeiro, ao Festival Internacional de Teatro de Almada, por parte da Câmara Municipal, consolida uma importante política pública, democrática, eclética, que se propõe alcançar todos os públicos, e merece ser saudado e encorajado.

Deve assim ser salientado o papel da Companhia de Teatro de Almada na incessante promoção das artes em Almada, descobrindo novos talentos e valorizando os artistas consagrados, e no inestimável trabalho na comunidade almadense, que leva o nome do nosso concelho além-fronteiras.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão pública ordinária, no dia 21 de junho de 2022, delibera saudar a Companhia de Teatro de Almada e a Câmara Municipal de Almada pela organização do Festival Internacional de Teatro de Almada, bem como todos aqueles que, pelo seu empenho, tornam possível a sua realização.”

6.4.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), para apresentar uma Saudação “Dia Municipal do Bombeiro – 5 de junho 2022”;

6.4.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 5 de junho ocorreram as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, inseridas na 8.ª edição da Semana da Proteção Civil, nas quais se prestou homenagem aos Homens e Mulheres que, ao serviço da sua Comunidade, dão todos os dias o seu esforço e completa dedicação na Prevenção, Segurança e Salvaguarda de Pessoas e Bens.

Estas Mulheres e Homens, verdadeiros Agentes da Proteção Civil, que se apresentam sempre com o altruísmo natural de quem se dispõe ao serviço da comunidade, integrados em grandes Instituições - como o são as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do nosso Concelho - não olham a esforços ou hesitações, mesmo quando o cansaço lhes traz redobrada força e singular adequação da sua conduta às regras de segurança e de socorro básicas.

São o exemplo da coragem e da competência nos momentos mais difíceis. Mais recentemente no flagelo de uma grande crise pandémica demonstraram, mais uma vez, a sua capacidade, espírito de sacrifício e resiliência, assegurando diariamente a segurança e bem-estar do nosso território e da sua população.

As Bombeiras e os Bombeiros, juntamente com a proteção civil, assumiram um papel absolutamente essencial no combate e na resposta à pandemia COVID19, garantido transportes urgentes e não urgentes, apoiando na evacuação de instalações sociais e na operacionalização dos centros de vacinação, assumindo a liderança de uma linha de intervenção sem a qual muitas mais vidas se teriam perdido.

As mulheres e homens que nas estruturas de bombeiros voluntários dão o melhor de si ao serviço da comunidade, corresponderam sempre àquilo que é o melhor da confiança que os Almadenses têm nos seus bombeiros voluntários.

O seu Município, atento aos novos desafios e ao esforço das Instituições, tem dotado as Instituições que servem de mais estabilidade e segurança nos recursos financeiros e recursos operacionais e materiais para a prossecução dos seus fins, nomeadamente com a consagração de um Contrato Programa e disponibilização de meios em situação excecional e/ou extraordinária.

Durante a cerimónia foram distinguidos com as medalhas e insígnias municipais de ouro, prata e bronze – correspondentes a 30, 20 e 10 anos de serviço – a 18 corajosas bombeiras e corajosos bombeiros pela sua dedicação e serviços prestados à comunidade almadense.



A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a vinte de um de junho, delibera:

Saudar estes Homens e Mulheres e as suas Famílias, dando corpo e voz à gratidão expressa no rosto de todas e todos os Almadenses, pela sua dedicação e serviços prestados às populações do nosso Concelho e de todo o território nacional.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Almada Contra a Eutanásia”;

6.4.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi aprovada recentemente na Assembleia da República, a lei que pretende regular e legalizar o suicídio assistido, mais conhecida por Eutanásia.

Há muito que a prioridade do país e dos seus governantes, deve ser a criação de melhores condições de saúde para as pessoas doentes e mais vulneráveis, com doenças incuráveis e irreversíveis, onde o acesso aos cuidados paliativos deverá ser um direito efetivo de cada português.

É nestas leis que o país e os seus representantes devem estar centrados e não nas políticas que retiram esperança às pessoas em estado emocional e físico fragilizado, pois um Estado moderno e civilizado deverá ser sempre o garante da vida e não da morte.

Depois de um processo legislativo arrastado no tempo, mas muito pouco esclarecedor, cheio de imprecisões e eufemismos, pouco respeitador das entidades credíveis na matéria, e revelador da falta de conhecimento sobre a dura realidade nos países onde leis semelhantes já são aplicadas, chega à aprovação na Assembleia da República uma lei que permite o homicídio a pedido, ou seja, uma lei muito longe de ser aplicada para casos excecionais e de terminalidade, como foi prometido aos portugueses há seis anos atrás. Uma lei que é verdadeiramente uma lei de morte a pedido, que permita que pessoas que estão no fim da sua vida a tenham abreviado em vários anos.

Quando mais de 70% dos milhares de portugueses que necessitam deste tipo de cuidados de saúde, continuam a não ter liberdade de optar por esse direito básico, quando milhares não têm opção de ter vidas medicamente assistidas e acompanhadas, é a legalização da morte a pedido que ganha prioridade no parlamento. A verdadeira prioridade e premência social passa sim, por ajudar os milhares de portugueses a viver melhor e com mais dignidade. É imoral, indigno e ultrajante que o Governo e todos aqueles que dão apoio a esta lei da morte, continuem a ignorar essa verdadeira tragédia social de sofrimento desacompanhado e sem os devidos cuidados em fim de vida.

Apesar da aprovação da lei na generalidade no parlamento, o processo não terminou ainda exigindo-se um debate mais aprofundado e esclarecedor do que está verdadeiramente em causa, pois um Estado que tem como princípio e última resposta recorrer à Eutanásia, homicídio assistido, é um Estado que desiste de cuidar e de tratar com dignidade e respeito o cidadão, devendo ter como princípio basilar e natural que o normal é viver, isto numa sociedade que se quer identificar e reconhece como moderna, humanista e civilizada e em que proteger os direitos, sua saúde, o bem-estar e a vida das pessoas, deve ser prioridade e ponto de honra.

A insistência de alguma parte da sociedade na legalização e normalização da Eutanásia, é visto como o caminho mais fácil, mas não será certamente nem o melhor nem o mais correto, e muito menos aquele que os portugueses mereciam.

O médico trata, o médico cuida, o médico acompanha, o médico e a investigação procuram soluções para o bem-estar e para o prolongamento da vida e não para a morte. A morte deve ser uma condição e fatalidade natural e nunca provocada ou incentivada, considerando não só esse princípio natural, mas também aquele que vem explanado na Constituição da República Portuguesa (C.R.P.) no seu Artigo 24.º - (Direito à vida): 1. A vida humana é inviolável., princípio nobre das sociedades modernas, humanistas e civilizadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Acresce ao ponto de vista moral e ético, as posições inequívocas, técnicas e profissionais da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Enfermeiros e da Ordem dos Advogados, que emitiram no exercício das suas competências e direito, pareceres negativos aos vários projetos apresentados, discutidos, votados e aprovados na generalidade na Assembleia da República, onde manifestam uma profunda preocupação com a finalidade dos mesmos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 21 e 22 de junho, vem através da presente moção, e perante a aprovação na generalidade da lei que normaliza e legaliza em Portugal a Eutanásia, homicídio assistido, manifestar a seguinte posição:

1 - Manifestar veemente o seu repúdio pela aprovação na generalidade na Assembleia da República, da lei que pretende legalizar em Portugal a Eutanásia;

2 - Exortar todos os profissionais de saúde, em concreto os médicos do concelho de Almada, que se recusem a praticar junto dos seus doentes a Eutanásia, responsável pela normalização da cultura da morte como solução na doença;

3 - Solidarizar-se com todos os médicos nomeadamente os que exercem a sua profissão nos estabelecimentos de saúde no concelho, que rejeitam, repudiam e recusam aplicar ou aconselhar aos seus doentes como única solução a prática da Eutanásia;

4 - Solidarizar-se com as entidades representantes dos profissionais com conhecimento profundo e próximo de causa, como a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros e a Ordem dos Advogados, que emitiram pareceres negativos sobre a lei aprovada no Parlamento, e que foram completamente ignorados;

5 - Exigir ao Estado português o respeito pela vida humana nomeadamente o cumprimento do Artigo 24º da C.R.P. onde se afirma inequivocamente que a Vida humana é inviolável;

6 - Exigir do Estado português um verdadeiro investimento na contratação de mais profissionais de saúde, mais meios técnicos, operacionais e equipamentos de saúde tal como mais investimento na investigação e mais informação e divulgação às populações dos benefícios de um melhor estilo de vida saudável, mas, sobretudo, e de forma urgente, o reforço do investimento nos cuidados paliativos para que a resposta e a solução passe por dar continuidade a uma vida mais prolongada, digna e verdadeiramente acompanhada, ao invés da morte anormalmente provocada através da Eutanásia;

7 - Declarar Almada como um concelho anti Eutanásia;

8 - Endereçar a presente Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, tal como às Ordens dos Médicos, Enfermeiros e dos Advogados.”

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Pela contratação de mais médicos e aumento salarial aos profissionais de saúde”;

6.4.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos dias, temos testemunhado através dos órgãos de comunicação social, um pouco por todo o país, um autêntico caos nos hospitais portugueses.

Os hospitais estão sob pressão, principalmente alguns serviços de urgências, exigindo dos médicos e enfermeiros um esforço adicional para que as populações consigam ter acesso aos cuidados de saúde.

Sem prejuízo do seu esforço heroico dos profissionais de saúde, a verdade é que fatalidades têm acontecido e que poderiam ser evitadas se o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tivesse tido o reforço de meios e de pessoal, como prometido pelo atual executivo governamental.

Em Portugal há grávidas que perdem filhos porque não há médicos obstetras nos hospitais, há doentes que morrem porque urgências encerram, há doentes que não são salvos porque esperam anos por consultas que poderiam fazer a diferença nos tratamentos possíveis, há muito menos pessoas com médico de família do que em 2015, mas, apesar disso, a prioridade na Assembleia da República passou por uma lei da eutanásia, aprovada para ajudar a morrer.



Num país onde são gastos 11 milhões de euros em cada ano para promover a Web Summit durante um só fim de semana, ou que injeta 3,188 milhões de euros de esforço dos contribuintes na TAP, que o Estado nunca recuperará, os profissionais de saúde são escassos e torpemente remunerados.

O país não pode, de forma alguma, pactuar e tolerar a absoluta inversão de prioridades e a falta de investimento que adensa muitos dos graves problemas sentidos no SNS com consideráveis prejuízos para saúde dos portugueses.

Os problemas do SNS não se resolvem com ideologia, mas sim com investimento em gestão, meios técnicos e humanos, valorização do mérito e do esforço dos profissionais de saúde e complementaridade entre sectores, e sobretudo, com respeito pelos utentes.

Em Portugal, no SNS, para além de enormes impedimentos na conciliação normal do trabalho, com a vida familiar, vemos, a título de exemplo:

- Um médico interno em tempo completo de 40 horas ganha 1857,49 euros brutos o que se traduz em 10,72 euros por hora;
- Um médico assistente graduado, em tempo completo ganha 2267,14 euros brutos, o que equivale a 14,95 euros por hora;
- Um médico tarefeiro, contratado *ad hoc*, auferir muito mais que um médico do quadro;
- Um enfermeiro chefe com mais de 20 anos de carreira que auferir ao nível de recém-licenciados, como consequência do congelamento das progressões na carreira sendo remunerado com apenas 1201.00 euros brutos;
- Um enfermeiro no SNS pode ganhar cerca de 980 euros líquidos com 25 anos de experiência profissional.

Ponderando que se trata de trabalho altamente diferenciado e de enorme responsabilidade, remunerado em valores muito superiores nos hospitais privados, particularmente em algumas especialidades, percebe-se que nada tem sido feito no sentido de alterar radicalmente as atuais circunstâncias, razão pela qual, o SNS fica condenado ao desastre.

O SNS deverá ser capaz de oferecer respostas céleres e eficazes, que não abandonem os doentes, como sucede por completa incapacidade das respostas governativas. Urge assim, executar as medidas já identificadas e defendidas pelos médicos e pelos sindicatos, que incluem entre outras, o reforço de remuneração de forma a fixar os médicos no sector público e estabelecer parcerias com o sector privado e social nos casos urgentes em que o estado não consegue responder no tempo desejado.

Infelizmente, o concelho de Almada não fica de fora dos hospitais com falta de profissionais de saúde o que tem levado ao encerramento sistemático de várias valências com especial destaque das urgências, como é exemplo das urgências de obstetrícia e ginecologia do Hospital Garcia de Orta, não esquecendo que este estabelecimento de saúde abrange uma quantidade considerável de população servindo dois concelhos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 21 e 22 de Junho de 2022, tendo em conta os considerandos atrás mencionados, vem desta forma, defender junto do Governo, em concreto do Ministério da Saúde, um maior investimento no sector público da saúde, nomeadamente na contratação de mais médicos especialistas para os hospitais tal como o seu aumento salarial, para que o sector público da saúde possa ser atrativo para os profissionais, com o objetivo de colmatar definitivamente a falta de médicos, capaz de superar os graves problemas que resultam no encerramento de várias valências nos hospitais com total prejuízo para as populações, onde se incluem as de Almada.”

6.4.6 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Saudação “Guerra e corrida aos armamentos, não!”;

6.4.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Promovidos por diversas personalidades e organizações, realizam-se nos próximos dias 25 e 29 de junho, em Lisboa e no Porto respetivamente, os Desfiles sob o lema “Guerra e corrida aos armamentos, não!”.

O aumento das despesas militares, a corrida aos armamentos, a produção de mais sofisticadas armas, incluindo nucleares, a instalação de mais bases militares em países terceiros, representam uma inquietante ameaça para todos os povos da Europa e do mundo, a par do agravamento dos problemas da fome, da doença e da pobreza.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É nossa convicção de que apenas o respeito pelos princípios do direito internacional, conformes com a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), os princípios constantes na Ata Final de Helsínquia e os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o seu Art.º 7º, é o caminho para garantir a paz, a segurança, a cooperação, a justiça e os direitos de todos os povos.

Independentemente de opiniões diversas sobre os desenvolvimentos no plano internacional, como a situação na Palestina ou no Sara Ocidental, as guerras na Ucrânia, no Líbano, na Síria, na Líbia ou no Iraque, entre outros conflitos que flagelam o mundo, une-nos a condenação da guerra, a profunda preocupação com o agravamento da situação mundial e os sérios perigos para a Humanidade que dele decorrem.

A Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária em 21 e 22 de junho de 2022, delibera:

Apelar a todos os homens e mulheres que aspiram à Paz e que partilham dos princípios e considerações acima referidos, que participem nos desfiles que terão lugar no próximo dia 25 de junho, pelas 15:00 horas, na Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, e no dia 29 de junho, pelas 18:00 horas, no Porto.”

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Recomendação “Transportes Públicos Rodoviários”;

6.4.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No próximo dia 1 julho entra em funcionamento o novo serviço público de transporte rodoviário de passageiros para os concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, operado pela empresa intermunicipal Carris Metropolitana gerida pela Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML).

Uma conquista das populações da Área Metropolitana de Lisboa que constitui um passo muito positivo no sentido de uma melhor e maior oferta de transporte público rodoviário de passageiros, e para uma maior qualidade e fiabilidade no serviço prestado aos utentes.

Este avanço qualitativo na vida de milhões de portugueses, não pode ser colocado em causa pelas empresas privadas às quais foi concessionada a prestação do serviço público de transporte de passageiros, após o concurso público internacional realizado para o efeito.

Perante os problemas registados no arranque da operação da Carris Metropolitana nos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, consequência do incumprimento dos termos e conteúdo do contrato de serviço público de transportes rodoviários de passageiros celebrado, impõe-se que sejam tomadas pela TML as indispensáveis medidas que assegurem o acompanhamento da planificação que o operador TST está a desenvolver para o arranque da operação, quer ao nível da formação dos motoristas para os novos percursos, quer ao nível da divulgação antecipada aos utentes dos novos horários e percursos, nas paragens e terminais de transportes e na Comunicação Social.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 21 e 22 de junho de 2022, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada um acompanhamento muito próximo e permanente da evolução do processo de planeamento do início da prestação do serviço, exigindo que seja prestada a necessária e devida informação aos utentes, bem como a verificação do cumprimento rigoroso do serviço contratado com os TST, e um escrupuloso controlo sobre a sua implementação de modo a permitir a introdução de eventuais ajustes e acertos que venham a verificar-se necessários, tanto ao nível do volume de oferta como dos horários a praticar, conforme previsto no contrato.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Recomendação “Alargamento de gratuidade dos Transportes Públicos na Área Metropolitana de Lisboa para jovens até aos 18 anos e estudantes do Ensino Superior”;

6.4.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A mobilidade é cada vez mais um assunto prioritário dos cidadãos, dos órgãos políticos e das estruturas económicas e sociais das nossas cidades. Os transportes públicos são o instrumento central da construção do futuro da mobilidade sustentável, eficaz, ecológica e acessível.

O direito à mobilidade engloba o direito a uma rede de serviços ampla, com intermodalidade, oferta de horários e destinos, e infraestruturas confortáveis e seguras. As pessoas têm direito e muitas vezes a necessidade de ter alternativas viáveis ao automóvel individual. Direito a integrar um sistema que ativamente combata os fenómenos das alterações climáticas.

A criação de cidades com sistemas de mobilidade eficientes, económica, social e ambientalmente, é essencial na garantia da qualidade de vida da população, e no desenvolvimento do tecido laboral e do espaço urbano.

O transporte individual continua a ser um dos principais responsáveis pelos elevados valores de emissões dos Gases de Efeito de Estufa, em particular de CO₂, de partículas finas e de dióxido de azoto. Em Portugal, a má qualidade do ar atingiu níveis preocupantes, levando a Comissão Europeia a intentar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia, a novembro de 2021, reiterando a necessidade de cumprir os limites de emissões poluidoras fixados pela Diretiva 2008/50/CE.

Em 2019, 41% das emissões de CO₂ tiveram origem em veículos motorizados, valor consideravelmente acima dos 31,6% verificados na UE27. A poluição massiva que o ser humano provocou reflete-se já na danificação da atmosfera, aumento do nível médio do mar, aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, perturbações nos ecossistemas de flora e fauna mundial, e outras tantas situações que comprometem a sobrevivência e dignidade da vida no nosso planeta.

O relatório Air quality in Europe – 2020 estimou que a intensa poluição atmosférica resulta em cerca de 6000 mortes prematuras por ano. É, segundo a Organização Mundial da Saúde, a maior causa de morte prematura e de doença e o maior risco ambiental para a saúde na Europa. Esta realidade reflete-se no aumento das taxas de doenças cardíacas, respiratórias, cancro, redução da fertilidade, diabetes tipo 2, obesidade, inflamação sistêmica, doença de Alzheimer, demência, entre outros.

Em 2016, as despesas de deslocação e mobilidade representaram, em média, 12,4% do orçamento das famílias portuguesas. Esta percentagem agrava-se em situações onde jovens perdem acesso aos passes sociais e com a limitação dos horários dos serviços de transporte coletivo.

Em pleno 2022, a população portuguesa está ainda a recuperar dos impactos económicos, laborais, psicológicos e sociais da pandemia, que colocou inúmeras pessoas em condições de grande vulnerabilidade. Acresce-se a atual crise energética e de inflação, que se traduz no aumento severo do custo de vida e na perda do poder de compra da população. As repercussões destas crises têm tido especial impacto no preço dos combustíveis, situação que representa um grave entrave ao direito de mobilidade da população.

Só há uma forma de reverter estas emergências socioeconómicas, de saúde e climáticas: através da profunda transformação do nosso sistema de produção, de consumo e de planeamento urbanístico e político. E esta transformação passa naturalmente pela devolução do espaço público às pessoas, alterando a conceção urbanística típica que dá prioridade aos veículos individuais.

Temos apenas 8 anos para reduzir para metade as emissões de gases de efeito de estufa de modo a prevenir um aumento irreversível da temperatura média global de 1,5°C. Mas o Emissions Gap Report 2021 indica aliás que os níveis de emissões estão a subir, e que, mantendo esta tendência, a temperatura média global irá subir 2,7°C até ao final do século.

O relatório de 2020 da Agência Europeia do Ambiente preconiza a promoção do uso de transportes públicos, a utilização de transportes públicos que tenham emissões reduzidas, a promoção de modos ativos de mobilidade como a bicicleta e o andar a pé, as zonas de emissões zero e a redução da velocidade dos automóveis nas cidades.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A construção articulada de sistemas de mobilidade suave com interfaces intermodais que disponham de serviços com vasta oferta geográfica e de horários, baratos, adaptados para garantir a acessibilidade de todas as pessoas, traduz-se num estilo de vida mais ativo e saudável, física e mentalmente.

Um estudo da American Public Transportation Association concluiu que por cada dólar investido em transportes públicos há um retorno económico de 5 dólares. Por cada mil milhões de dólares, o investimento nos transportes públicos traduz-se num retorno de cerca de 50 mil empregos.

Em 2011, segundo os Censos desse ano, 54% da população almadense recorria ao automóvel individual para se deslocar entre casa e o local de trabalho/estudo. Entretanto o valor terá reduzido, mas o veículo individual continua a ser o transporte de eleição da maioria da população.

Em abril de 2019, a implementação do sistema de Passe Único Metropolitano foi uma das políticas mais impactantes na democratização dos transportes públicos em toda a Área Metropolitana de Lisboa. A medida consolida o conceito de um espaço comum, permitindo às pessoas deslocarem-se entre 18 municípios sob um único título de transporte. Reduziu, ainda, profundamente o custo da mobilidade, diminuindo os preços dos passes e alargando vastamente o passe social.

No fim de 2019, verificou-se um aumento de 32,3% do número de utentes com passes na Área Metropolitana de Lisboa. Cresceu, ainda, o número total de passageiros em todas as modalidades de transportes, o número de utentes fora das horas de ponta e ao fim de semana. O Relatório global de avaliação de impacto do PART 2019 indica esta medida como fator principal para a redução de 4,1% do tráfego na Ponte 25 de Abril.

Uma das soluções mais eficazes para a promoção dos transportes públicos e boa gestão urbana é a adoção da gratuidade desses serviços, algo já contemplado em mais de 100 cidades por todo o mundo.

A gratuidade dos transportes públicos resulta num elevado crescimento do número de utentes. Wojciech KEBLOWSHI, especialista em transportes da Université Libre de Bruxelles, considera que este fenómeno é especialmente visível em grupos mais vulneráveis, nomeadamente as pessoas desempregadas, pessoas com deficiência, jovens e idosos.

A gratuidade dos transportes públicos é uma medida de mobilidade com impactos sociais, ambientais e económicos que promove o Direito à Cidade, não podendo ser desligada dos investimentos no sistema de transportes. Esta medida deverá ser implementada progressivamente, concentrando-se nos já identificados grupos mais vulneráveis, em que a gratuidade dos transportes públicos terá mais impacto, à medida que os investimentos estiverem concluídos e operacionais.

Recentemente, o presidente da Transportes Metropolitanos de Lisboa, Faustino Gomes, referiu que a aposta na gratuidade dos transportes públicos para jovens é prioritária. A mesma visão foi partilhada pelas jovens deputadas e deputados Assembleia Municipal Jovem de Almada, durante a sua 1ª sessão, a 11 de maio de 2022.

O acesso gratuito dos transportes por jovens estudantes, inclusive do ensino superior, representa um forte incentivo na captação das novas gerações para o transporte público e, conseqüentemente, à promoção de uma cidade mais sustentável ambiental e economicamente.

O Município de Almada tem tido sempre como algumas das suas intenções prioritárias a promoção do acesso à educação e sucesso escolar e políticas de Apoio Social para famílias carenciadas. Almada é, aliás, precursora de práticas como a entrega gratuita dos manuais escolares e o mecanismo de benefício e serviço de refeições nas escolas, ações que representaram um alívio nos encargos das famílias e demarcam uma estratégia de combate ao insucesso e ao abandono escolar.

A gratuidade dos transportes públicos para jovens, para além de garantir a deslocação casa-escola de todos os alunos, é uma estratégia para a redução do número de carros neste percurso, aliviando o congestionamento com trânsito intenso junto de estabelecimentos de ensino, durante o início da manhã e no final da tarde. A isto junta-se os já conhecidos impactos ambientais urgentes.



A promoção do transporte público para jovens incentiva a autonomia e emancipação dos mesmos, capacitando-os com meios de deslocação para participarem em atividades culturais, extracurriculares e lúdicas na comunidade local e na Área Metropolitana.

Perante o atual desenvolvimento do sistema da Carris Metropolitana, unindo os serviços de transporte público rodoviário por toda a Área Metropolitana de Lisboa, e que em julho tem início em Almada, temos a oportunidade de, em tempo real, compreender o impacto da mobilidade na vida das populações. O futuro do nosso Município e da Área Metropolitana tem de ser um futuro com um plano de mobilidade.

A gratuidade dos transportes públicos gera adesão aos mesmos. Com o crescimento do número de utilizadores de transportes públicos, verifica-se uma oportunidade de desenvolvimento da rede de transportes, expandindo a sua oferta de serviços, e assegurando uma maior acessibilidade, conforto, segurança e modernização das suas infraestruturas. Com estas políticas de democratização e valorização dos transportes públicos, é possível lutar contra as alterações climáticas, pela acessibilidade, e pelo direito ao espaço público e à mobilidade.

A gratuidade dos transportes públicos para jovens representa um apoio concreto e marcante para a recuperação económica da população no período pós-pandémico e em plena crise energética e de inflação. Assegurar alternativas ecológicas, económicas e eficientes é um caminho essencial para os objetivos a curto, médio e longo prazo por uma região e um município mais agradável para as populações.

Já decorrem experiências similares em Sines, Santo Tirso, Alcochete, Amadora, Torres Vedras, e, brevemente, também Lisboa já anunciou que irá avançar com a gratuidade dos passes para parte da população. Recentemente, também a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou uma moção em que insta a Área Metropolitana de Lisboa a “avançar, no imediato, para o alargamento da gratuidade em toda a AML até aos 18 anos” e “elaborar, em conjunto, uma proposta que permita instituir, em legislação própria, o financiamento desta medida e do sistema de transportes de passageiros e das suas autoridades”. Relembramos que esta moção foi aprovada com a abstenção do PS, que defende que o “município de Setúbal pode avançar sozinho com o passe gratuito”.

É esse o entendimento que subjaz à proposta da proposta do Bloco de Esquerda em Almada.

Como está à vista de todos, o argumento de que os almadenses têm de esperar por decisões coletivas da AML não só não colhe noutros municípios como cria entropias ao avanço desta medida.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 21 de junho de 2022, recomenda:

1. Propor à Área Metropolitana de Lisboa o alargamento da gratuidade do Passe Metropolitano para jovens até aos 18 anos e estudantes do ensino superior;
2. Realizar e concluir até à elaboração do próximo orçamento da CMA, um estudo sobre a abrangência e impacto financeiro de uma comparticipação municipal do passe de transportes público para jovens até aos 18 anos e estudantes do ensino superior, residentes em Almada;
3. Adotar, durante o ano de 2023, a gratuidade do Passe Metropolitano para jovens até aos 18 anos e estudantes do ensino superior no Concelho de Almada.”

6.4.9 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia”;

6.4.9.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um cão acorrentado permanentemente constitui uma violação da lei em vigor. Os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 276/2001 salvaguardam o direito dos animais à prática de exercício físico no espaço onde são mantidos, assim como a adequação da temperatura e luminosidade do mesmo, que deve ser adequado à espécie que alberga.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Um animal acorrentado ou confinado em permanência num pequeno espaço, muitas vezes sujeito às mais adversas condições atmosféricas, representa a antítese dos princípios que norteiam a detenção e acomodação de animais de companhia e que causam grande alarme social e incómodo na comunidade, reclamando a intervenção dos poderes públicos. São inúmeras as denúncias que evidenciam a realidade a que muitos animais são sujeitos, nomeadamente dias a fio expostos às intempéries, ondas de calor, frio, chuva, muitas vezes em condições de total insalubridade.

Nos últimos anos tem-se registado um expressivo aprofundamento da ligação emocional aos animais de companhia. Ciente dessa importância e da necessidade de dignificar o estatuto dos animais de companhia, especialmente valorados pela sua função social, o legislador português reservou-lhes, quer em sede de tutela penal exclusiva, através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, e, mais recentemente, da Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, quer no âmbito do Código Civil, através da Lei n.º 8/2017, de 03 de março, pela qual não só beneficiam hoje do estatuto civil próprio dos animais enquanto seres sensíveis como ainda de diversas disposições específicas, designadamente, no capítulo do Direito da Família.

Não resulta, pois, admissível nem conforme aos valores e regimes legais enunciados, que um animal de companhia possa ser alojado em varandas e outros espaços afins ou mantido acorrentado uma vida inteira, condenado a uma existência miserável, privada de liberdade de movimentos, socialização, interação. Há hoje numerosos estudos que apontam para a perigosidade da detenção e alojamento de animais em condições impróprias, desde logo, privados de exercício físico, estímulos sociais ou sujeitos a acorrentamento e confinamento prolongados. Os animais, nomeadamente os cães, enquanto animais sociais, necessitam da socialização para se poderem desenvolver de forma saudável.

De acordo com o Center for Disease Control norte-americano, os cães que estão acorrentados têm maior probabilidade, cerca de 2,8 vezes mais, de morder. Submeter um animal a condições de confinamento ou acorrentamento, entre os danos físicos a que estão sujeitos, contam-se as feridas e os cortes na pele e músculos do pescoço em resultado dos puxões das correntes. Há também o risco de o animal poder asfixiar ao tentar libertar-se, no caso de a corrente se enrolar e prender.

É assim tempo de estabelecer limites objetivos no domínio da detenção e alojamento dos animais de companhia em prol da salvaguarda do bem-estar dos animais de companhia e da própria comunidade. Nenhum município pode declarar que se preocupa com o bem-estar animal enquanto tiver animais acorrentados nas suas cidades.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, prevê no seu artigo 24.º a transferência de poderes para os órgãos municipais nas áreas de proteção e saúde animal, bem como de detenção e controlo da população de animais de companhia. Neste contexto, deverá o executivo promover um Plano Municipal de Desacorrentamento de animais de companhia, que inclua campanhas de informação e de sensibilização dos detentores de animais de companhia relativas às condições de detenção e alojamento destes, assim como regras claras relativamente a esta prática, com vista à sua completa erradicação.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de junho delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A implementação de um Plano Municipal de Desacorrentamento de animais de companhia que inclua:
 - Campanhas ativas de sensibilização sobre o desacorrentamento dos canais oficiais da Câmara e junto da comunidade;
 - Identificação dos animais de companhia acorrentados ou confinados em permanência no concelho, com a colaboração de associações e cuidadores/as;
 - Normas referentes ao acorrentamento e confinamento de animais de companhia no concelho de Almada, nomeadamente:
- A não permanência de animais em varandas, alpendres e espaços afins, sem prejuízo da sua presença ocasional nesses locais por tempo não superior a três horas diárias;



- Se o acorrentamento se revelar indispensável para a segurança de pessoas ou do animal, e não havendo alternativa à data da fiscalização, o mesmo deve ser sempre limitado ao mais curto período de tempo possível, e salvaguardando sempre as necessidades de exercício, de abrigo, alimentação adequada e de lazer do animal;
- O acorrentamento permanente de animais deve ser gradualmente erradicado do concelho, através de um prazo dado aos detentores de animais acorrentados, não superior a três meses, para o desacorrentamento do animal após a primeira fiscalização;
- Acompanhamento dos animais acorrentados sinalizados para que no prazo estipulado os mesmos sejam desacorrentados;
- O desacorrentamento dos animais de companhia pode incluir a colaboração do movimento associativo informal ou formalmente constituído e dos/as cuidadores/as.”

6.5 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Francisco Salgueiro (PSD), Ivan Costa Gonçalves (PS) António Pedro Maco (CDS-PP), José António Rocha (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para solicitar ao Senhor Presidente, que o documento relativo aos médicos, apresentado pelo CDS-PP, possa ser votado em separado o 5º parágrafo em separado e todo o resto do documento em conjunto.”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vamos votar a favor a Saudação ao Festival Internacional de Teatro de Almada.

Apoiaremos sempre todos os eventos que elevem o nome de Almada a novos patamares e dignifiquem a Cultura da nossa Cidade.

Esperamos que a Câmara Municipal saiba conduzir os trabalhos e que saiba reconhecer a sua Cultura, o seu Teatro.

Votaremos a favor a Saudação do Dia Municipal do Bombeiro.

Fizemos questão de estar presentes no dia Municipal do Bombeiro para saudar estes homens e mulheres que todos os dias correm riscos e que se colocam em perigo para que nós estejamos em segurança.

A todos um muito obrigado.

Iremos votar a favor da Moção Almada contra a Eutanásia. A defesa da Vida será sempre uma prioridade para o Chega.

A eutanásia parece ser a solução do PS para as longas filas de espera no campo da saúde, o que é vergonhoso.

O povo tem que ser chamado a decidir sobre este assunto fraturante em Referendo. O povo não se compadece com os caprichos de um Partido, que atenta contra a vida de alguém.

Que seja o povo a decidir democraticamente sobre este assunto.

Relativamente à Moção “Pela contratação de mais médicos e aumento salarial aos profissionais de saúde”, o Chega vai votar a favor desta Moção porque entende que as populações deste País não podem sofrer mais com más decisões dos seus Governantes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Verificamos a saída destes profissionais para o privado, pois é mais atrativo, mais seguro, com melhores condições de trabalho. Contratar mais médicos e tornar mais atrativo o trabalho, passa também por um aumento salarial.

A Moção sobre os Transportes Rodoviários vamos votar também a favor.

Tal como tivemos oportunidade de referir nas reuniões da Comissão que acompanha os transportes e acessibilidades, esperamos que tudo corra pelo melhor, mas infelizmente alguns dos sinais apontam para problemas semelhantes aos que aconteceram em outros Concelhos.

Exige-se à Câmara Municipal de Almada que esteja atenta na implementação e no serviço prestado à população.

A Recomendação sobre os transportes Públicos o CHEGA vai votar a favor.

O Chega sempre defendeu e defenderá um melhor serviço aos Utentes dos Transportes Públicos. É uma matéria que exige um estudo ponderado, uma análise crítica, onde se poderá constatar os reais custos desta iniciativa e sua implementação caso haja cabimento orçamental.

No entanto alertamos que esta proposta apenas refere maiores de 18 anos e estudantes de Ensino Superior, e que a proposta apresentada em alguns Conselhos próximos é diferente.

O estudo a desenvolver deverá avaliar os custos para uma uniformização de condições em toda a Área Metropolitana de Lisboa, para que os cidadãos de Almada não sejam negligenciados e discriminados.

Relativamente à Recomendação sobre o Plano Desacorrentamento do PAN.

O Chega é a favor desta Recomendação. No entanto permite-se recomendar ao Grupo Municipal do PAN que não basta apenas uma fiscalização desta situação. É preciso fiscalizar no terreno o uso do CHIP, é preciso fiscalizar e aplicar coimas, aos ditos “criadores” que contrariamente à Lei, fazem negócios paralelos de animais, criando-os com o propósito de venda, seja a quem for.

É necessário assumir a responsabilidade incentivando os cidadãos a cumprirem cabalmente a legislação. Só com o cumprimento cabal de toda a legislação é possível reduzir os errantes.

Iremos abstermo-nos relativamente à moção sobre a Paz do Grupo Municipal da CDU.

Somos a favor da Paz, mas, desarmar um povo não é solução, e como tal o Chega defende a presença de Portugal na Europa e na NATO, e só com os custos necessários dessa defesa, poderemos garantir a soberania do nosso país.”

6.5.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN irá votar favoravelmente a maioria dos documentos, deixando aqui apenas algumas notas.

Temos acompanhado na 6ª Comissão a questão do novo serviço público de transporte rodoviário na AML – Área Metropolitana de Lisboa e partilhamos das preocupações expressas, dada a complexidade do processo.

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda, se por um lado entendemos que exista um acordo ainda que informal, por parte dos Municípios que compõem a AML a darem passos conjuntos no sentido de reforçarem a sua pareceria, parece-nos que a gratuidade dos transportes públicos para jovens até aos 18 anos, é uma medida que vai ao encontro daquilo que devem ser os objetivos primordiais dos nossos dias, a redução do transporte individual nas cidades, com a consequente redução de emissões de CO2 e maior sensibilização da população mais jovem à utilização do transporte público e meios de mobilidade suave.

No que diz respeito à Moção apresentada pelo CDS-PP, iremos votar contra a Moção “Almada contra a Eutanásia”, uma vez que enquanto indivíduos tomamos todas as decisões importantes da nossa vida, vivemos



7/2

num Estado de Direito que nos garante direitos, liberdade e garantias pessoais, que deve incluir também o direito a ter acesso à morte medicamente assistida em casos concretos.

Quando sofremos uma doença incurável, e quando tudo o que nos resta são dias de sofrimento atroz, cada um de nós deve ter o direito de decidir sobre a sua própria morte. Trata-se de conceder às pessoas o direito de viver com dignidade mesmo na hora da sua morte.”

6.5.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente para dar alguns esclarecimentos relativamente a algumas das Moções, sobretudo relativamente aos transportes públicos, porque é evidente que as notícias que saíram e aquilo que é a realidade sobre o que foi a implementação da AE 4 deste grande concurso público dos transportes rodoviários, levantam inquietações em todos nós, e naturalmente também, a nossa Almada, embora não estejamos exatamente na mesma área.

Quero dar nota aos Senhores/as Deputados/as Municipais, assim como demos já aos Senhores/as Vereadores/as, que temos estado a trabalhar em permanência, quase quotidianamente com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, que é a entidade responsável pela gestão destes contratos, mas também com os TST – Transportes Sul do Tejo, para nos porem a par qual é o ponto da situação do arranque da nossa área que está prevista para dia 1 de julho. Tal como nos foi comunicado, eu penso que poderá haver outros problemas noutras áreas, eu só falo da área 3, a operação arranca de facto, no dia 1 de julho, está confirmado o seu arranque.

Dar nota que, entre julho e setembro, estamos num período não letivo, que aliás, foi essa uma das intenções de arrancar com estas grandes operações numa altura em que o fluxo rodoviário é menor. Os TST comunicaram-nos que, o seu problema maior quando outros operadores tiveram várias dificuldades, todos os operadores tiveram dificuldades inclusivamente, na atribuição de veículos, porque há uma renovação de frota e houve de facto atrasos também em atribuição de veículos, os TST garantiram-nos que têm todos os veículos disponíveis, em contrapartida, tiveram mais dificuldades em ter a formação de todos os motoristas que já estão contratados, com a formação concluída. O que significa que a operação arranca no dia 1 de julho, não arranca na sua totalidade, arranca praticamente na sua totalidade, mas a partir de setembro, haverá ainda uma progressão em relação às novas redes que estão previstas e contratualizadas. Portanto, o que a TML nos comunica, é a possibilidade de irmos fazer progressivamente.

Quais é que são os limites que Almada definiu e de uma maneira geral os outros Municípios definiram? É que obviamente, nenhum serviço estava a ser prestado, a haver adaptações na implementação, só poderão incidir em novas carreiras, não podendo haver serviços que estejam a ser prestados e que deixem de ser prestados.

De uma maneira geral, apesar das dificuldades, estamos a falar de um melhoramento geral, num reforço de 20% da oferta. Portanto, não estamos a falar nunca, de diminuição, esses 20% são progressivos, mas, Almada foi muito clara a dizer que, não há nenhuma anulação de linha existente. Há sim, houve sim, a preocupação da comunicação é muito grande, há fortes alterações. Há não só uma alteração na designação das carreiras, o nosso lote começa todo por 3000, e é importante que os almadenses saibam. Tentamos ao máximo manter as numerações antigas, mas houve também, reformulações de carreiras como já aqui referi, nós tínhamos muitas carreiras que muitas vezes só tinham duas frequências, só faziam duas viagens por dia. Uma de manhã e outra à noite. E houve no projeto inicial, muitas vezes, o esforço de dizerem: “então vamos fundir carreiras e aumentar as frequências sendo que, os trajetos foram adaptados para poder garantir não só o transporte público existente, que era deficitário e que todos nós reconhecemos que era deficitário, e aumentar”.

Portanto, há uma adaptação das carreiras, há adaptação de horários, há alteração da designação e do número das vias. É muita informação para assimilar. Se acrescentarmos a isso, que todo o serviço não vai começar num dia, temos primeiro um período não escolar, depois começa o período escolar e ainda vai haver introduções nas novas carreiras até outubro ou novembro, e estamos a aguardar que a TML nos faça chegar esta informação



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

definitiva, após também as nossas propostas, contrapropostas e aquilo que aceitamos ou não, é de facto, muita informação a assimilar.

Aproveito para esclarecer, as paragens em Lisboa, no Areeiro e noutros sítios são da exclusiva responsabilidade de Lisboa. Almada não pode, não tem como interferir nas paragens que Lisboa aceita sobre o seu território. Lisboa tomou uma posição de criar uma grande interface para as carreiras intermunicipais. Na altura nós contestamos muitas delas. Agora, é uma opção, uma decisão de Lisboa, na qual Almada só pode protestar, mas não pode interferir.

Dito isto, não há diminuição de oferta, pode haver uma oferta menos direta, mas isso é outra questão que não tem a ver com o novo contrato de transportes. Não que ver com o novo contrato de transportes. Eu quero que isto seja muito claro.

Relativamente aos passes e à introdução da gratuitidade, eu volto a repetir aquilo que já disse em reuniões de Câmara e que já disse inúmeras vezes. Estas decisões, todos os Municípios, deram um passo de gigante, numa atitude solidária entre si, em relação aos transportes públicos, e no assumir de responsabilidades financeiras. Esta posição de Almada desde o início, tem sido de que tomaremos e iremos continuar a defender a posição solidária entre os Municípios, não pondo em causa nem contestando a possibilidade de alargamento de transportes gratuitos, ela deverá e é isso que temos defendido, ser discutida e decidida mais uma vez, na Área Metropolitana de Lisboa, solidariamente com os outros Municípios. Se continuamos a tentar furar esta solidariedade e no dia em que voltaremos a estar cada um por si, voltamos à posição onde estávamos, voltamos à posição onde estávamos e onde todos nós reconhecemos que não estávamos bem, com um serviço que não servia as nossas populações, que era claramente deficitário, com uma única satisfação que é uma satisfação muito perversa de dizer: “não pagamos”. Os Municípios juntaram-se e assumiram custos e pagam neste momento o serviço público. Isso dá-lhes uma responsabilidade e uma autoridade acrescida. Mas é porque a união faz a força. E insistir em propostas isoladas por Municípios, eu critiquei o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por o ter feito apesar de ser uma promessa eleitoral. E fi-lo muito claramente. E voltarei a fazê-lo se continuarmos a insistir que se deve romper a articulação entre os Municípios que, mesmo com dificuldades de implementação num período particularmente complicado como aquele em que vivemos, ao nível dos fornecedores, ao nível dos encargos, ao nível de pessoal, mesmo assim, continuamos a achar que o passo que foi dado e que será dado para o futuro, é muito importante. Mas é e só o poderemos dar e só poderemos continuar a melhorar os transportes públicos para o nosso Município, e para a Área Metropolitana de Lisboa, porque os almadenses não vivem numa bolha, os almadenses trabalham, circulam, vão visitar familiares, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, esta decisões têm que ser tomadas e continuar a serem tomadas solidariamente por todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Relembro, acho que é a primeira vez na história da Área Metropolitana, em que todas as decisões até agora sobre esta matéria, todas as decisões foram tomadas por unanimidade. Não contem comigo para ser porta voz de uma desunião que só nos enfraquece, só nos fragiliza, num momento difícil.”

6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos apresentados neste período de Antes da Ordem do Dia, vimos informar que votaremos a favor da Moção apresentada pelo CHEGA e relativa ao aproveitamento alimentar, dando nota de que algumas das questões agora mencionadas neste documento já se encontram em fase de implementação.

Votaremos a favor da Saudação do PS ao Festival Internacional de Teatro de Almada, pois para nós nunca é demais saudar esta iniciativa, já que se trata de um dos acontecimentos culturais mais importantes do nosso país e comprova a força do setor cultural em Almada.

Votaremos igualmente a Saudação do PS ao Dia Municipal do Bombeiro, pois também nunca é demais enaltecer a coragem e abnegação com que estas mulheres e homens garantem a proteção e segurança dos nossos cidadãos.



No que se refere à Moção do CDS-PP sobre a Eutanásia, informo que a nossa bancada votará de acordo com a consciência de cada um.

Votaremos a favor da Moção do CDS-PP sobre a contratação de médicos e sobre o aumento salarial aos profissionais de saúde.

Votaremos contra a saudação da CDU relativa ao apelo à participação nos desfiles em Lisboa e no Porto.

Votaremos a favor da Moção da CDU sobre os transportes públicos rodoviários e da Moção do Bloco de Esquerda sobre a gratuidade dos passes para jovens e também a favor da Moção do PAN sobre o desacorrentamento dos animais de companhia.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Moções que estão em apreciação, o Partido Socialista votará contra a Moção apresentada pela CDU que se intitula “Pela Paz”, recordando também o que diz o artigo 7º, da Constituição Portuguesa, em que Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e à independência e ao desenvolvimento bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

Portanto, também sabemos, todos sabemos, que por vezes para atingir a paz é mesmo preciso fazer a guerra e a história da Europa, a história do mundo, ensina-nos isso e ensinaram-nos isso quando por exemplo, entre 1939 e 1945 foi preciso fazer a guerra para que a Europa vivesse em Paz na segunda metade do século XX. E, portanto, como também sabemos qual é que é a posição que está subjacente a esta Moção, aquilo que queremos dizer é que neste momento, este é mesmo o tempo de alguns povos resistirem e é o tempo por exemplo, do povo ucraniano resistir e resistir de forma armada porque é a única forma que tem de o fazer para resistir a um opressor. Portanto, partindo para guerra naturalmente, com os olhos na Paz, é aí que deve estar a nossa solidariedade e apelos a Paz do ponto de vista vago, não sei como é que seria feito, a não ser que os oprimidos depositassem as armas e se rendessem. Portanto, há momentos para a guerra, há momentos para a Paz, portanto não votaremos a favor desta Moção, votaremos contra.

Relativamente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre os transportes públicos, votaremos igualmente contra. Ao longo dos últimos anos fizeram-se avanços que são enormes do ponto de vista dos transportes públicos na nossa cidade, na Área Metropolitana de Lisboa, com o passe social a custos reduzidos, com a nova organização dos transportes rodoviários, a criação da Carris Metropolitana, que é mérito do Governo e das Câmaras Municipais, com as novas embarcações da Transtejo que também possibilitarão uma melhoria na qualidade dos transportes públicos em Almada e, portanto, este foi o maior investimento de sempre feito nas últimas décadas neste setor. Eu pessoalmente, até entendo, que nós podemos pensar em avançar para uma sociedade onde teremos transportes públicos urbanos gratuitos, o que é facto, é que hoje em Portugal teríamos que colocar a questão: onde é que iríamos biscoar dinheiro para ter estes transportes gratuitos para toda a gente? É ao Serviço Nacional de Saúde? É ao sistema educativo? É um esforço que está a ser feito pela primeira vez desde o 25 de Abril para termos habitação pública de forma condigna? E é precisamente porque percebemos, reivindicar é fácil, ninguém dúvida, mas os diversos partidos já têm tido a oportunidade de fazer a diferença e de governar e neste caso, meter a mão na massa com certeza é mais difícil. A verdade é que o Bloco de Esquerda quando teve a oportunidade de fazer a diferença a nível nacional, ao mínimo vislumbre de uma crise causada pela maior crise pandémica, dos últimos cem anos, desertou. E, portanto, hoje em dia o Partido Socialista tem que procurar estas soluções e procurará com certeza.

Sobre a questão da Eutanásia, o Partido CHEGA não deixa sempre de nos surpreender e, portanto, as considerações que são feitas relativamente à Eutanásia, não lhes vou responder, mas admito, não sendo essa a minha posição, que existem posições fundamentadas e que são perfeitamente legítimas, que não favoráveis à morte medicamente assistida, como é o caso da posição que tem o CDS-PP e até tenho ideia que é a posição também da CDU. Ou pelo menos do PCP. Que são posições absolutamente legítimas. Agora, aquilo que nós entendemos é que o direito à vida não é sinónimo ao dever de viver. E cada um define para si próprio os limites de sofrimento que está disponível a se sujeitar ou que entende serem aceitáveis, da mesma forma que nós não



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos o direito de impor aos outros aquilo que é uma morte digna ou aquilo que é uma vida com dignidade. E, portanto, não é por um referendo que estas questões devem ser decididas a nosso ver, porque os direitos e liberdades e garantias, são referendáveis e da mesma forma que nós não decidimos sobre tudo aquilo que são as questões que constam dos direitos mais básicos da humanidade, aquilo que existe neste momento é um processo que está em discussão no Parlamento há largos anos, foi trabalhado na especialidade na anterior legislatura, que não foi permitido ser acabado porque infelizmente, a Assembleia da República foi dissolvida devido ao chumbo do Orçamento para 2021 e, portanto, todo este processo legislativo foi também ao encontro das dúvidas que foram colocadas pelo Tribunal Constitucional, pelo Presidente da República, portanto, este é o tempo de legislar, sendo certo que é preciso termos cuidados paliativos com qualidade, uma questão não está sequer ligada a outra, nós podemos ter cuidados paliativos com qualidade e isso não impede qualquer um de nós, colocar perante essa situação decidir pôr termo à sua vida. Portanto, como nós entendemos que essa decisão deve ser legal, deve ter o rescaldo da Lei, em situações que estão perfeitamente balizadas, votaremos contra a Moção que é apresentada pelo CDS-PP.

Relativamente à Moção que é apresentada pelo PAN, abster-nos-emos, não porque discordemos com o princípio, mas discordamos também de algumas das formas que são propostas como da sua operacionalização, portanto, o nosso voto será no sentido da abstenção.”

6.5.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente para dar aqui também o sentido de voto do CDS-PP.

Relativamente às Moções do PS o CDS-PP vai votar favoravelmente, a Moção do Festival de Teatro de Almada, que é bem-vinda e mais uma vez, prestam um excelente serviço à cultura no país, em Almada e Internacionalmente.

Depois, votará favoravelmente também a Moção do Dia Municipal do Bombeiro, não esquecendo as reivindicações que os Bombeiros têm vindo a fazer ao longo dos últimos anos e relembrar que ainda há muita coisa para cumprir.

A Moção da CDU sobre o armamento, o CDS-PP irá se abster.

Em relação à Moção sobre os transportes públicos rodoviários vai votar favoravelmente, já foi uma discussão que foi aqui tida através da declaração política, portanto, com certeza, é uma matéria que não está fechada antes pelo contrário.

A Moção do Bloco de Esquerda sobre transportes públicos gratuitos na Área metropolitana de Lisboa, se calhar verificar que, se calhar há Municípios que estão muito mais à frente que o Município de Almada, como Cascais, como Lisboa, também como o Porto e relembrar também as declarações dos autarcas do Porto do PS, relativamente a esta matéria, o qual saudaram os transportes públicos gratuitos também na cidade do Porto.

Em relação à Moção do PAN sobre o desacorrentamento dos animais de companhia, também iremos votar a favor.

Relativamente à proposta do CHEGA, sobre o aproveitamento alimentar, é uma matéria que o CDS-PP tem vindo a acompanhar. São propostas que aqui são apresentadas, algumas também já estão aplicadas, outras com certeza a Câmara Municipal poderá ter capacidade de as implementar e também sugerimos aqui para este grande projeto mais informação e mais divulgação, nomeadamente, através do site da Assembleia Municipal.”

6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos votar favoravelmente os documentos de Saudação do PS ao Festival Internacional do Teatro de Almada e ao Dia Municipal do Bombeiro.



JK

Votaremos também a favor dos documentos apresentados pela CDU, sobre “Guerra e corrida aos armamentos, não!” e a Recomendação sobre os transportes públicos rodoviários.

As Moções apresentadas pelo CDS-PP, “Almada contra a Eutanásia” votaremos contra. “Pela contratação de mais médicos e aumento salarial aos profissionais de saúde” votaremos a favor.

Votaremos também favoravelmente a recomendação apresentada pelo PAN.

De salientar que no ponto que foi pedido para ser votado separadamente iremos votar também contra nesta Moção do CDS-PP.

Em relação à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e pelo que foi dito aqui, deixe-me dizer Senhora Presidente da Câmara, Almada acaba inevitavelmente por ficar para trás no acesso aos transportes públicos, porque a Senhora Presidente está agarrada a um acordo que pelos vistos não existe. Um acordo que não existe. Porque há Municípios que já estão a avançar com a gratuidade sem esperar que estejam todos de acordo. Parece-nos mais uma desculpa para a sua não implementação, para não implementar esta medida, tanto mais que o PS não a defende noutros Municípios.”

6.5.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero fazer aqui um esclarecimento, já não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda evoca a Amadora, como a Amadora estando a instituir uma gratuidade. E eu confirmei, a Amadora o que aplica é exatamente aquilo que Almada aplica, que é a Lei dos Transportes Escolares e é o tipo de gratuidade que nós já temos em Almada e que diz respeito de facto, a todos os alunos que moram a mais de três quilómetros das escolas. Tudo o que o Bloco de Esquerda evoca em relação à Amadora, Almada já o pratica.

Portanto, como vê Almada não está atrás. Mais uma vez esteve à frente.”

6.5.10 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas porque esqueci-me de referir que votaremos contra a Moção que é apresentada pelo CDS-PP relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, temos perfeita noção das dificuldades que o Serviço Nacional de Saúde atravessa. Sabemos que o Serviço Nacional de Saúde precisa do empenho de todos para resolver os seus problemas. Sabemos também que o Serviço Nacional de Saúde precisa de reformas que garantam que continua a ser um dos melhores sistemas de saúde universais do mundo. Sabemos que o Serviço Nacional de Saúde precisa obviamente de recuperar da maior crise sanitária do último século e há coisas que também são evidentes, precisamos de formar mais médicos em Portugal em algumas especialidades ao contrário do que algumas organizações corporativistas tentam também dizer. Sabemos que as carreiras têm de ser mais atrativas dentro daquilo que é razoável e sustentável para o futuro do país. Agora, a última coisa que o país precisa é de ir ao encontro dos desejos e da agenda de quem quer canibalizar o Serviço Nacional de Saúde ou de quem quer consistentemente fazer o discurso do caos, porque é isso que economicamente o beneficia.

E já agora, porque também sabemos que da parte da direita em Portugal nunca houve políticas que resolvessem os problemas do Serviço Nacional de Saúde. Desde o dia da sua criação em que votaram contra, até à última vez em que foram Governo em que todos sabemos a forma como deixaram o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, ao longo dos últimos seis anos, o investimento no Serviço Nacional de Saúde subiu em mais de três mil milhões de euros, temos hoje mais trinta mil profissionais de saúde, e hoje Portugal gasta mais 40% do que gastava em gastos com pessoal, para além de que não existem hoje, cativações na área da saúde. Portanto, existem problemas na área da saúde? Sim. Agora, a forma como o Partido Socialista as encara, é de forma a tentar reforçar o Serviço Nacional de Saúde e fazer com que hoje com a competição que também tem dos privados e que até certo ponto não deve existir, aquilo que não fazemos é descredibilizar persistentemente o Serviço Nacional de Saúde, porque todos sabemos, onde é que querem chegar com este discurso e, portanto, não acompanhamos este tipo de discurso e votaremos contra a Moção do CDS-PP.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.6.1 – A Recomendação sobre o “Aproveitamento Alimentar” foi rejeitada com 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 14 votos de abstenção sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.2 – A Saudação ao “Festival Internacional de Teatro de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.6.3 – A Saudação ao “Dia Municipal do Bombeiro – 5 de junho 2022” foi aprovada por unanimidade.

6.6.4 – A Moção sobre “Almada Contra a Eutanásia” foi rejeitada com 24 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN; 9 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.5. – A Moção “Pela contratação de mais médicos e aumento salarial aos profissionais de saúde” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.5.1 – O parágrafo nº 5 foi rejeitado com 31 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 1 abstenção da eleita do PAN; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.5.2 – O restante documento foi aprovado por maioria com 20 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.6. – A Saudação “Guerra e corrida aos armamentos, não!” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 4 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.6.1 – Os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP) anunciaram que apresentariam uma Declaração de Voto.

6.6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega, vai abster-se nesta Saudação da Paz.

Dizer a um povo para se desmilitarizar enquanto o mesmo é brutalmente invadido e chacinado, não tem uma qualquer justificação, uma vez que não é esse fator que contribuirá para a Paz.

Todos somos a favor da Paz. A Paz é Universal e deverá ser acolhida por todos os Países e Povos.

Portugal faz parte integrante da NATO e assim garantimos a nossa Soberania, a nossa Independência, mantendo-nos unidos, numa atitude defensiva contra os Belligerantes e os que têm ânsias de poder e de conquista.



Estamos em pleno século XXI e no mundo eclodem inúmeras guerras. A Europa vive desde o dia 24 de fevereiro do presente ano, uma guerra psicológica, económica, social e Militar.

A Paz conquista-se, constrói-se, mas não por conta da submissão e perdendo a sua soberania.

Estamos na União Europeia, fazemos parte da Nato e ambas as condições são essenciais para conseguirmos ter Paz.

Somos pela Paz. Queremos continuar protegidos fase à escalada da violência perpetrada por um País, conduzida por um beligerante que pretende que um povo autónomo se submeta ao seu jugo.

O preço da Liberdade é a eterna Vigilância.”

6.6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo como princípio base e elementar desde a sua fundação a autodeterminação dos povos e das nações do mundo, o CDS-Partido Popular rejeita, inquestionavelmente, qualquer tipo de agressão bélica entre os povos ou dos povos para contra os próprios povos.

O CDS-Partido Popular, partido e instituição política alicerçada nos verdadeiros valores da Democracia, do Personalismo e dos Direitos Humanos, condena desta feita, veemente as agressões iniciadas e continuadas do governo de Vladimir Putin, numa escalada de guerra contra a nação ucraniana e contra o povo ucraniano.

Mais defende que a corrida desenfreada ao armamento com fins de colocação da paz do mundo em instabilidade ou por intuítos de pressão ou intimidação dos povos sobre outros povos, é totalmente condenável e repudiável.

Todavia, é necessário encontrar um equilíbrio de meios de defesa e de resposta a ataques e desencadeamentos de conflitos bélicos, protegendo os povos e as nações das agressões exteriores.

Desta feita, o CDS-Partido Popular entende que não se deve descurar a defesa e segurança das nações, razão pela qual, é necessário mesmo em tempo de paz, precaver possíveis conflitos armados futuros sendo que para tal, é inevitável o investimento adequado e controlado nos meios e equipamentos humano e material no sector das Defesas de cada país ou de blocos de organizações conjuntas de defesa em nome da estabilidade e da paz entre os povos, desencorajando abusos aos direitos humanos e atrocidades bélicas.

Por fim, o CDS-Partido Popular não pactua nem se deixa enganar por sentimentos dúbios e posições fracas, acanhadas e mesmo manipuladoras da verdade dos factos, rejeitando de forma inequívoca, o ataque bárbaro e sangrento da Rússia à Ucrânia e ao povo ucraniano numa tremenda violação das convenções internacionais e dos direitos humanos. “

6.6.7. – A Recomendação “Transportes Públicos Rodoviários” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos abstenção dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integra.

6.6.8. – A Recomendação “Alargamento de gratuidade dos Transportes Públicos na Área Metropolitana de Lisboa para jovens até aos 18 anos e estudantes do Ensino Superior”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integra.

6.6.9. – A Recomendação “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integra.

7. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H45, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 22 de junho, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, dos/as Senhores/as Vereadores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Baptista Parreira, Ana Cláudia Miguéns, Débora Figueiredo Rodrigues, Miguel Moura Salvado, Maria das Dores Meira, José Luís Matos, Mara Rita Silva Martins e Joana Rodrigues Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de 74 (setenta e quatro) munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____